

PROPOSTA N.º 71. Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2023.

Depois de apresentadas as Contas Individuais surgem as Contas Consolidadas, as quais permitem conhecer a situação económica, financeira e patrimonial do grupo autárquico.

O Município de Barcelos participa em 23 entidades, 5 societárias e 28 não societárias, sendo que para efeito de apresentação de **Contas Consolidadas** só releva a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M. (EMEC), devido à relação de poder, determinação e controlo que detêm sobre a mesma.

Este processo de consolidação é desenvolvido em cumprimento das normas técnicas plasmadas na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, e no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, diploma que estabelece o Sistema Contabilístico para as Administrações Públicas.

Ambas as entidades aprovaram as suas contas individuais, apresentam-se agora, no documento anexo, que faz parte integrante da presente proposta, as Contas Consolidadas relativas ao exercício de 2023.

Da consolidação com a EMEC e com base na Demonstração de Desempenho Orçamental resultam os seguintes movimentos:

Receita 126.711.029€;
Despesa 108.896.000€;
Saldo de gerência 17.815.029€.

No que respeita ao Balanço Consolidado, apresenta as seguintes massas patrimoniais:

Ativo 273.794.780€;
Passivo 39.343.576€;
Património Líquido 234.451.204€.

Da Demonstração Consolidada de Resultados ressaltam os seguintes movimentos:

Rendimentos 144.184.670€;
Gastos 115.433.275€;
Resultado Líquido 28.751.395€.

Concluído o processo de Prestação de Contas Consolidadas devem as mesmas ser apresentadas aos órgãos competentes, para a sua aprovação e apreciação, nomeadamente ao Tribunal de Contas.

Nestes termos, e ao abrigo da alínea i), do nº 1, do artº 33, conjugado com o disposto na alínea l), do nº 2, do artº 25, ambos do Anexo da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal as Contas Consolidadas do Exercício de 2023.

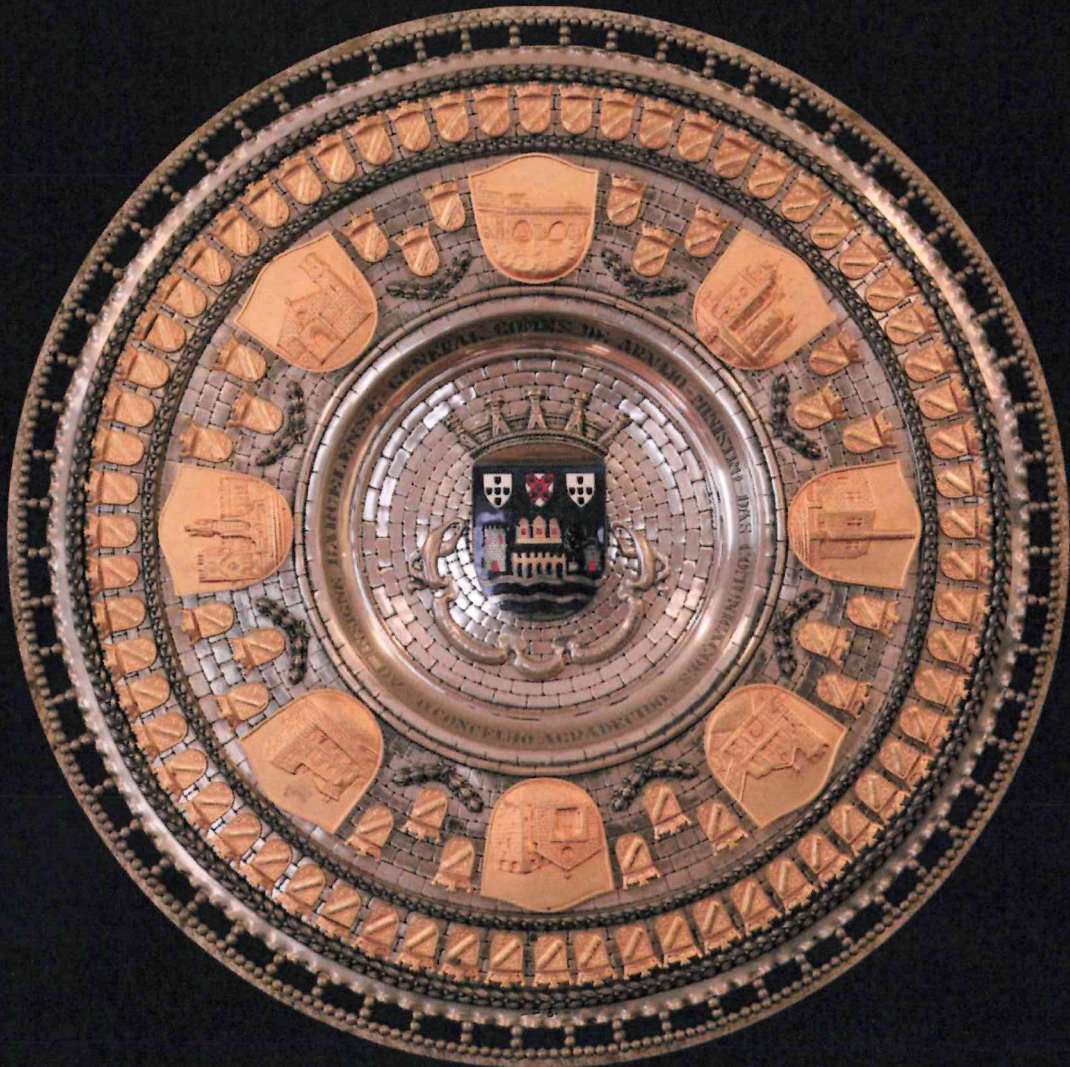
Barcelos, 11 de junho de 2024.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Mário Constantino Lopes

(Mário Constantino Lopes, Dr.)

Reunião Ordinária 14/06/2024
Deliberado, por maioria, com a abstenção dos Srs.
Vereadores do Partido Socialista, aprovar.



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

2 0 2 3

ÍNDICE	
I RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO.....	4
1 - INTRODUÇÃO.....	5
2 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	5
3 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	6
3.1 Apresentação da Entidade Consolidada.....	8
4 - METODOLOGIA.....	10
5 - ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL.....	11
5.1 Análise do Balanço Consolidado	11
5.2 Análise à Demonstração Consolidada de Resultado por Naturezas.....	16
5.3 Dívida a Terceiros.....	20
5.4 Análise Orçamental	21
5.5 Apresentação de Rácios.....	24
6 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	25
II DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	26
7 - BALANÇO CONSOLIDADO.....	27
8 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	29
9 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	30
10 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	32
11 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	34
12 - AGREGAÇÃO DOS DADOS E DE ELIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES INTRA PERÍMETRO	80
III DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS.....	81
13 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	82
14 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA	83
O PRESIDENTE DA CÂMARA	84

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

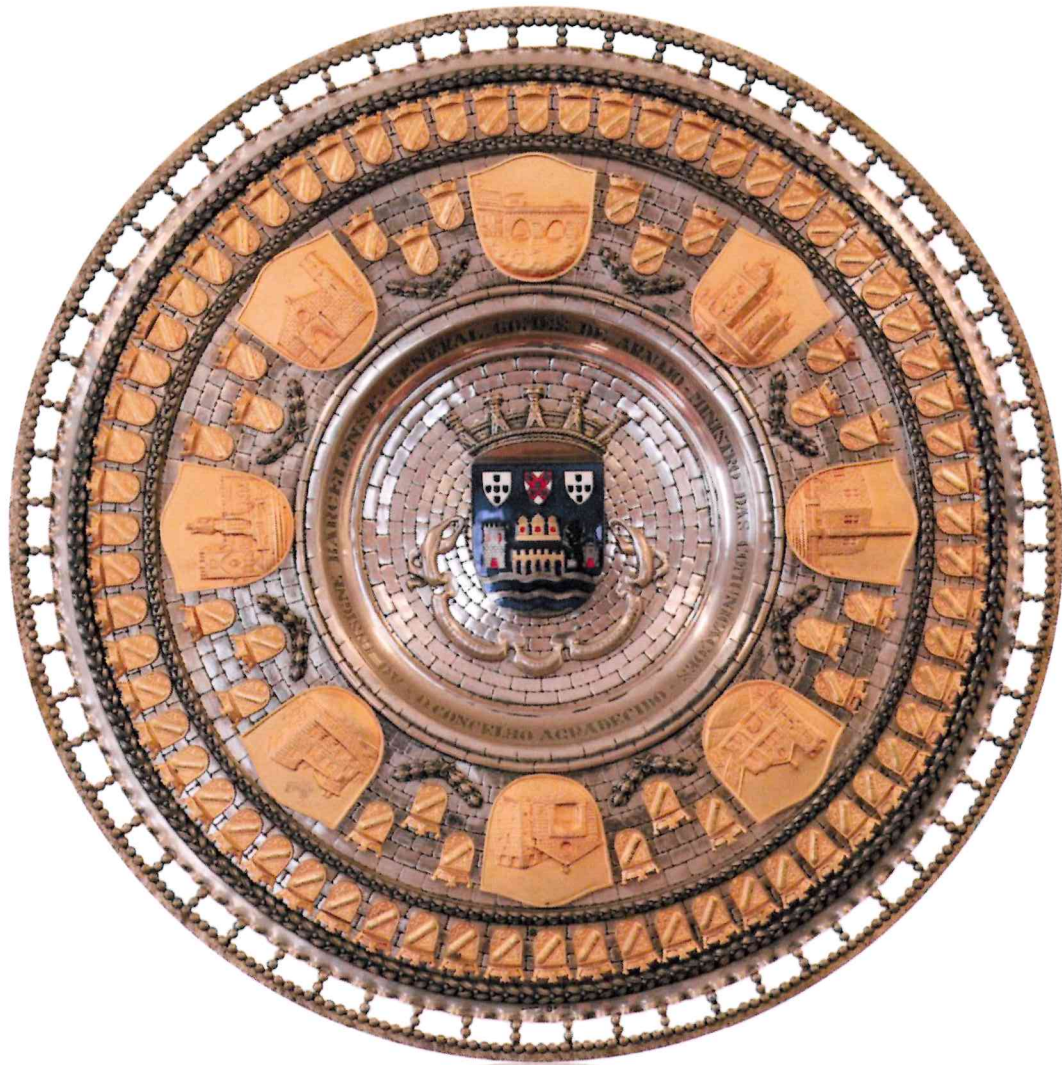
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.]

|

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

[Handwritten signature in black ink at the bottom right corner.]

1 - INTRODUÇÃO

Como nota introdutória ao processo de consolidação de 2023, referir que o Município elabora contas consolidadas desde 2010.

Recordar que até ao ano 2015 o Município consolidou com duas empresas municipais, a Empresa Municipal de Educação e Cultura, E.M. (EMEC) e a Empresa Municipal de Desporto, E.M. (EMD), tendo a atividade desta sido objeto de internalização nos serviços do Município, nos termos do artigo nº 65, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, diploma que estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais.

A Consolidação de Contas rege-se pelo disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) e pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

A RFALEI, especificamente, no artigo nº 75º, sob o título "Consolidação de Contas" define quanto à obrigação de consolidação, quem são as entidades consolidantes, constituição do grupo, existência de controlo ou sua presunção e quanto aos documentos que constituem o processo; no artigo nº 76, com o título "Apresentação dos documentos de Prestação de Contas individuais e consolidadas", no seu nº 2 determina quanto ao prazo, estabelecendo que a elaboração e aprovação pelo órgão executivo deve ocorrer de modo a serem apreciadas pelo órgão deliberativo na sessão ordinária a realizar no mês de junho, do ano seguinte a que respeitam.

A Norma Contabilística Pública nº 22 (NCP22), do SNC-AP, estabelece que o **grupo autárquico** é composto pelo **Município** e pelas **entidades controladas**, de forma direta ou indireta, sendo que as condições para aferição da existência de controlo estão expressas na legislação atrás citada.

Em resumo, o **perímetro de Consolidação de Contas** resulta da verificação da **existência de controlo, determinação e poder** sobre outra(s) entidade(s) participadas pelo Município, pelo que da análise objetiva dos pressupostos para a consolidação de contas, concluímos que apenas a **Empresa Municipal de Educação e Cultura, E.M. (EMEC)** cumpre tais requisitos.

Em face do referido, as Contas Consolidadas com a EMEC constituem as contas do grupo autárquico.

Por último referir que a empresa municipal não tem experiência de contabilidade orçamental tão cimentada como o Município, pelo que a consolidação ao nível orçamental não tratará as liquidações, cabimentos e compromissos.

2 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Recordar que os resultados da atividade alcançados pelo grupo autárquico são influenciados pelo contexto económico e financeiro nacional e internacional como é sabido.

Impõe-se, pois, salientar que o ano de 2023 continuou marcado pela crise económica e financeira sentida ao nível mundial, que obrigou à tomada de medidas com impacto orçamental nos países da UE com a supressão temporária do cumprimento dos défices excessivos e com a aprovação dos instrumentos financeiros de ajuda à recuperação económica, tal como foi o PRR, para alavancar a economia europeia mergulhada num espetro de ameaças a uma estagnação e até recessão.

Por outro lado, a intensificação da guerra desencadeada entre a Rússia e a Ucrânia a exigir avultadas ajudas financeiras pela UE e outros países deste continente, mesmo dela não fazendo parte, e em linha com os Estados Unidos, contribuindo, decisivamente, para as incertezas do comportamento económico e financeiro ao nível mundial, agravado, ainda mais, com o eclodir da guerra Israelo-palestina, com o eventual arrastamento de outros países da região.

Neste enquadramento, as estimativas com que foram desenhados os orçamentos para o ano 2023, municipal e da empresa consolidada, foram prudentes, e ajustados ao panorama, no entanto, os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Portugal teve um desempenho que contrariou as previsões, em linha, aliás, com as do Banco de Portugal ou outras de natureza internacional.

O saldo orçamental atingido em 2023 foi positivo, em 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) que, segundo os registos, foi o maior no nosso regime democrático de acordo com a publicação do INE, aquando do envio ao Eurostat dos dados obtidos para avaliação do Procedimento dos Défices Excessivos.

E ainda, de acordo com os dados publicados pelo INE, o saldo global excedentário em 2023 foi de 3.194 milhões de euros, em resultado do aumento dos postos de trabalho criados e dos aumentos salariais, proporcionando um saldo para a segurança social em 5.670 milhões de euros.

Do mesmo modo, a economia portuguesa teve um crescimento, de acordo com a mesma fonte, de 2,3% e se comparado com a União Europeia foi o quarto maior crescimento deste universo; a taxa de desemprego manteve-se nas mais baixas em 2023 (6,5%).

Portugal atingiu, ainda, um objetivo muito importante para financiamento futuro nos mercados financeiros, um valor da dívida pública abaixo dos 100% do PIB com reflexos, também, nas agências de Rating ao classificarem as dívidas soberanas de cada país e, por essa via, influenciar as taxas de juro a cobrar pelos empréstimos para financiamentos das referidas dívidas.

Não obstante o cenário macroeconómico em 2023 ter sido bem mais positivo daquele que foi perspetivado, houve variáveis que se traduziram em autênticos pesadelos para as famílias e as empresas.

Tivemos uma crise inflacionista com forte crescimento em 2022 que, segundo o INE, se fixou em 7,8%; e não obstante uma redução acentuada em 2023, atingindo uma taxa de 4,3%; sendo, efetivamente, uma redução muito significativa, não deixou de ter um fortíssimo impacto no rendimento das famílias e das empresas por arrastar consigo outros desequilíbrios, como a redução do poder de compra das famílias, redução do consumo e aumento das taxas de juro, designadamente no crédito à habitação.

Em jeito de conclusão, não obstante o cenário macroeconómico traçado para 2023 não ter sido, felizmente para o nosso país, um ano particularmente difícil do ponto de vista económico, financeiro e, orçamental, o certo é que as a inflação e as taxas de juro agravaram, de modo muito particular, as dificuldades das famílias mais vulneráveis, situações com impacto na execução do exercício.

3 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O Município de Barcelos, a 31 de dezembro de 2023, participava num total de 23 entidades, de diferentes naturezas, 5 societárias e 18 não societárias, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Entidades societárias

Entidade Participada		Tipo de entidade (3)	CAE (4)	Capital (5)	Participação no final do exercício			Formas da realização do capital	
Denominação (1)	N.I.P.C. (2)				Valor nominal subscrito (6)	% (7)	Valor nominal realizado (8)	Meios monetários (montante) (9)	Em espécie (montante) (10)
1	Águas do Norte, S.A.*	SA	37002	108 095 468,00 €	1 560 000,00 €	1,40%	1 560 000,00 €	1 560 000,00 €	
2	Cooperativa Elétrica do Vale D'Este	SC	35130	15 000,00 €	250,00 €	1,67%	250,00 €	250,00 €	
3	Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	EM	80422	250 000,00 €	250 000,00 €	100%	250 000,00 €	250 000,00 €	
4	Município, EM, S.A.	SA	71120	3 236 678,67 €	4 985,01 €	0,17%	4 985,01 €	4 985,01 €	
5	Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	SA	38212	2 500 000,00 €	442 500,00 €	17,70%	442 500,00 €	442 500,00 €	

* Com a entrada em vigor do DL 93/2015, a partir do dia 30/06/2015 deixou de ser Águas do Noroeste e passou a designar-se Águas do Norte.

Quadro 2 - Entidades não societárias

Entidade participada		Tipo de entidade (3)	CAE (4)	Capital Estatutário (5)	Contribuição			Obs. (9)
Denominação (1)	N.I.P.C. (2)				Em 2023 (6)	Forma da realização		
					Meios Monetários (7)	Em Espécie (8)		
1	Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano	ASU	94995	0,00 €	24.000,00 €	24.000,00 €	1)	
2	Associação de Municípios Portugueses do Vinho	AMFE	91331	0,00 €	2.500,00 €	2.500,00 €	quota + adicional	
3	Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	AMFE	94995	0,00 €	15.750,00 €	15.750,00 €	quota	
4	Associação Nacional de Municípios Portugueses	AM	94110	0,00 €	6.712,52 €	6.712,52 €	quota	
5	Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado)	AM	94995	646 878,96 €	640.043,31 €	640.043,31 €	2)	
6	Fundação de Serralves	FCU	91020	13 217 364,26 €	44.968,80 €	44.968,80 €	3)	
7	Turismo do Porto e Norte de Portugal	OQA	84123	2 284 950,37 €	1.500,00 €	1.500,00 €	quota	
8	RECEVIN - Rede Europeia das Cidades do Vinho	AM	91333	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
9	CIAB - Centro de Informação e Arbitragem de Braga	OQA	94995	70 000,00 €	9.381,09 €	9.381,09 €	4)	
10	Associação Internacional de Cidades Educadoras	AM	91333	-	715,00 €	715,00 €	quota	
11	Confraria do Vinho Verde	ASU	94110	0,00 €	498,80 €	498,80 €	quota	
12	Associação Educacional, Social e Recreativa de Form Perm. Barcelos Sénior	AM	85420	0,00 €	20.500,00 €	20.500,00 €	5)	
13	Fundo de Apoio Municipal	FSA	84114	417 857 175,00 €	0,00 €	0,00 €		
14	ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem Cávado e Ave	ASU	94995	-	0,00 €	0,00 €		
15	Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (AptCC)	ASU	94991	-	800,00 €	800,00 €	quota	
16	Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM)	ASU	94991	0,00 €	1.925,00 €	1.925,00 €	quota	
17	Académie Internationale de La Ceramique	ASU		-	202,53	202,53	quota	
18	Associação CIOFF - Portugal	ASU	90010	-	0,00 €	0,00 €		

- 1) Transferências municipais 2022 e 2023
- 2) Transferências municipais 2023, programa PART 2023 (1º trimestre) e contas finais programa PART e PROTransP 2022
- 3) Prestação de serviços de curadoria, produção e montagem da exposição coletiva "O Regresso do Objeto" e a exposição coletiva "Espaço para o Corpo"
- 4) Quota 2023 e comparticipação nas despesas de funcionamento
- 5) Contrato-programa – promoção e desenvolvimento educativo, cultural e social da população sénior e subsídio para a certificação DGERT

Da análise dos normativos em vigor, designadamente da NCP22, e fazendo o enquadramento de cada uma das entidades participadas pelo Município, no que respeita ao exercício de controlo, no sentido de poder e determinação, a única entidade que cumpre os requisitos base para consolidação é a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M. (EMEC).

Assim, o perímetro de consolidação é composto pelo Município de Barcelos e pela EMEC.

A EMEC é detida, na totalidade, pelo Município de Barcelos, e, portanto, **controlada a 100%**.

3.1 APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE CONSOLIDADA

Empresa Municipal de Educação e Cultura, E.M. (EMEC)

A EMEC foi constituída em 31 de agosto de 1999, ao abrigo da Lei nº 58/98, de 18 de agosto, diploma que criou as Empresas Municipais. O regime jurídico vigente é o estabelecido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, à qual a EMEC teve de ajustar os seus estatutos.

A EMEC é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, designada como empresa local, que goza de personalidade jurídica, e é dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal de Barcelos.

Nos termos dos estatutos aprovados, a EMEC tem como objeto a promoção e gestão de equipamentos e bens educativos, culturais e recreativos que lhe estejam cometidos ou venham a ser cometidos pelo Município de Barcelos, bem como a prestação de serviços nas áreas da educação, ensino, formação profissional e cultura.

Apresenta como principais atribuições, a promoção e gestão de equipamentos e bens educativos, recreativos e culturais que lhe estejam cometidos ou venham a ser cometidos pelo Município de Barcelos; assegura a prestação de serviços nas áreas da educação, ensino, formação profissional e cultura; promover iniciativas de natureza diversa na área da educação, ensino e formação profissional; colaboração com o Município de Barcelos e outras entidades de natureza diversa na programação, promoção e realização de iniciativas nas áreas da educação, ensino, formação profissional e cultura, entre outras.

Salientar que a EMEC definiu como visão estratégica o desenvolvimento do serviço educativo e cultural de qualidade, com vista a dar uma melhor resposta às necessidades da comunidade.

O Conselho de Administração que subscreveu o documento de Prestação de Contas foi designado no dia 8 de novembro de 2021, pelo que foi sob a sua responsabilidade que decorreu toda a atividade do exercício do ano 2022.

A EMEC, sendo uma entidade reclassificada nos termos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais está sujeita ao SNC-AP, que aplica desde 2020, bem como à Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). Esta circunstância, de aplicar o mesmo sistema contabilístico, veio facilitar a aplicação o processo de consolidação.

Da atividade da EMEC destaca-se o ensino com a administração e gestão da Escola Tecnologia e Gestão de Barcelos, na qual são ministrados diversos Cursos Profissionais e Formação Modular Certificada, assim como as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC'S) dirigidas ao 1º ciclo do ensino básico.

Toda esta atividade formativa é financiada no âmbito de candidaturas específicas, sendo que a comparticipação das AEC's provém do contrato programa assinado com o Município – aqui entidade consolidante.

Durante o exercício de 2023 a EMEC deu continuidade à gestão do Centro de Artesanato (Torre Medieval) e do Museu Etnográfico de Chavão; à realização de eventos culturais, em parceria com o Município, designadamente a Festa das Cruzes, a Mostra de Artesanato e Feira do Livro, as mais significativas.

No que respeita à situação económica e financeira, a EMEC apresentou o documento de Prestação de Contas do exercício de 2023, aprovado em Assembleia Geral, realizada no passado dia 15 de abril, o qual foi presente ao Órgão Executivo Municipal, em reunião de 15.04.2024 e à Assembleia Municipal, na sessão agendada para o dia 29.04.2024, sendo que a apreciação deste ponto ocorreu na reunião do dia seguinte, dia 30, em virtude da suspensão dos trabalhos e marcação de nova reunião.

Foi com base na referida Prestação de Contas e demais documentos de suporte que foram preparadas as Contas Consolidadas do Município de Barcelos, enquanto entidade mãe.

No documento apresentado o Conselho de Administração faz referência à situação de fragilidade económica e financeira da EMEC, em termos que se encontra exposta ao disposto no artigo nº 35 do Código das Entidades Comerciais; refere a dependência do apoio financeiro da entidade detentora do capital, quer através de sucessivos contratos programa, como da reposição do equilíbrio, nos termos do artigo nº 40, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais; por fim, apresenta perspetivas de alteração futura dos resultados, com suporte num estudo de um plano económico-financeiro de um novo modelo de negócios.

Para este virar de rumo irá contribuir, significativamente, a criação de Centros Tecnológicos Especializados, que irão melhorar as infraestruturas e criar mais-valias na capacidade técnica, pedagógica e qualitativa da oferta educativa e do ensino disponibilizado pela EMEC.

O capital estatutário da EMEC, no montante de 250 000,00 €, é detido, na totalidade, pelo Município de Barcelos.

Das principais componentes económico-financeiras, destacam-se as seguintes:

Quadro 3

Designação	2023 SNC-AP	2022 SNC-AP	Variação homóloga	
			Valor	%
Ativo	778 883	657 225	121 658	18,51%
Passivo	1 980 269	1 876 390	103 879	5,54%
Património Líquido	-1 201 385	-1 219 165	17 780	-1,46%
Resultado Líquido	-52 638	-199 243	146 604	-73,58%

Em termos comparativos as diferentes massas patrimoniais evoluíram nos termos evidenciados no quadro.

Entre 2022 e 2023 tiveram a seguinte evolução:

- O Ativo passou de 657,23 mil euros para 778,88 mil euros, sendo o aumento favorável de 121,66 mil euros, que representa 18,51%;
- O Passivo cresceu de 1,88 milhões de euros para 1,98 milhões, aumento com carga negativa em termos patrimoniais, na ordem dos 103,88 mil euros, ou seja de 5,54%;

- O Património Líquido mantém um sinal negativo, situando-se nos 1,20 milhões de euros, revelando no exercício uma nota positiva na medida do crescimento de 17,78 mil euros, ou seja 1,46%;
- No que concerne ao Resultado Líquido, apresenta um desempenho significativamente menos negativo do que o do ano transato em 146,60 mil euros; no exercício de 2023 foi de -52,64 mil euros e no ano anterior -199.24 mil euros.

Dizer que, à exceção Passivo, as componentes do Balanço evoluíram favoravelmente, não obstante manter-se a situação referida anteriormente, de enorme fragilidade económico-financeira, designadamente a exposição aos termos do artº nº 35 do Código das Sociedades Comerciais, que se verifica há alguns anos.

A atividade da EMEC é significativamente financiada por contratos programa celebrados com a entidade detentora do capital, o Município, o que não tem evitado a aplicação das disposições do artigo nº 40, do RFALEI, designadamente a obrigação de repor o equilíbrio da empresa, como acontecerá em face dos resultados apresentados no exercício de 2023.

4 - METODOLOGIA

O método de consolidação de contas adotado no grupo autárquico do Município de Barcelos, foi o método de consolidação integral, que consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades a consolidar.

Relativamente à consolidação orçamental foi adotado o **método simples**.

5 - ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

5.1 ANÁLISE DO BALANÇO CONSOLIDADO

O **Balanço Consolidado** e a **Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas** são os documentos contabilísticos que apresentam a situação patrimonial, económica e financeira do **grupo municipal**, à data de encerramento de um exercício, habitualmente coincidente com o ano civil.

Para o efeito, procedeu-se à integração nos documentos da entidade consolidante dos elementos do Balanço e Demonstração de Resultados da entidade consolidada e subsequentemente aos movimentos de eliminação de todos os saldos e de operações intragrupo, ou seja, das operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se deste modo a duplicação de valores.

Referir que, a ordem de **grandeza da entidade consolidante**, o Município, face à entidade que integra o perímetro de consolidação, a **EMEC**, é de tal ordem que, de modo geral, **não se observam alterações significativas** entre as contas individuais e as consolidadas.

Todavia, sempre existirão aspetos a salientar neste processo de consolidação com a EMEC.

Quadro 4 - Análise do Ativo

Componentes do Ativo	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativos fixos tangíveis	227 474 514,45	97,34%	227 501 626,39	97,30%	27 111,94	0,01%
Propriedades de investimento	194 241,95	0,08%	194 241,95	0,08%	0,00	0,00%
Ativos intangíveis	2 312 721,08	0,99%	2 312 721,08	0,99%	0,00	0,00%
Participações financeiras	3 702 115,51	1,58%	3 702 115,51	1,58%	0,00	0,00%
Diferimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros	0,00	0,00%	17 519,80	0,01%	17 519,80	100,00%
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00%	84 595,72	0,04%	84 595,72	100,00%
Outras contas a receber	0,00	0,00%	462,00	0,00%	462,00	100,00%
Ativo não corrente	233 683 592,99	100,00%	233 813 282,45	100,00%	129 689,46	0,06%
Inventários	374 620,13	0,95%	399 724,73	1,00%	25 104,60	6,70%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	0,00%	13 534,00	0,03%	13 534,00	100,00%
Clientes, contribuintes e utentes	254 687,80	0,65%	255 130,78	0,64%	442,98	0,17%
Estado e outros entes públicos	270 692,89	0,69%	270 692,89	0,68%	0,00	0,00%
Outras contas a receber	18 016 127,40	45,80%	18 429 435,13	46,09%	413 307,73	2,29%
Diferimentos	231 753,45	0,59%	238 283,59	0,60%	6 530,14	2,82%
Caixa e depósitos	20 186 930,33	51,32%	20 374 696,81	50,96%	187 766,48	0,93%
Ativo corrente	39 334 812,00	100,00%	39 981 497,93	100,00%	646 685,93	1,64%
Total Ativo	273 018 404,99		273 794 780,38		776 375,39	0,28%

O **Ativo consolidado** assume o valor de **273,79 milhões de euros**, acrescentando a EMEC o valor de **776,38 mil euros**, que representa um acréscimo de **0,28%**.

O Ativo subdivide-se em Ativo não corrente, com o valor 233,81 milhões de euros e o Ativo corrente com 39,98 milhões de euros.

Os **Ativos fixos tangíveis** assumem o valor de **227,50 milhões de euros**, sendo a componente mais significativa de toda a estrutura dos ativos, pelo valor absoluto que representa; a entidade consolidada acrescenta o valor de 27,11 mil euros.

Referir que o Ativo consolidado integra algumas categorias de ativos cujos valores derivam exclusivamente da entidade consolidante, designadamente:

- “Outros ativos financeiros” com 17.52 mil euros;
- “Ativos por impostos diferidos” com 84.60 mil euros;
- “Outras contas a receber” com 462.00 euros;
- “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis” com 13.53 mil euros.

Quadro 5 - Evolução do Ativo

Descrição	2023 SNC-AP	2022 SNC-AP	Variação homóloga	
			Valor	%
Ativo				
Ativos fixos tangíveis	227 501 626	209 958 234	17 543 392,39	8,36%
Propriedades de investimento	194 242	196 083	-1 841,05	-0,94%
Ativos intangíveis	2 312 721	2 032 884	279 837,08	13,77%
Participações financeiras	3 702 116	3 702 116	-0,49	0,00%
Diferimentos	0	0	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros	17 520	21 178	-3 658,20	-17,27%
Ativos por impostos diferidos	84 596	0	84 595,72	0,00%
Outras contas a receber	462	462	0,00	0,00%
Ativo não corrente	233 813 282	215 910 957	17 902 325,45	8,29%
Inventários	399 725	373 961	25 764,07	6,89%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	13 534	88 790	-75 256,31	-84,76%
Cientes, contribuintes e utentes	255 131	790 816	-535 684,89	-67,74%
Estado e outros entes públicos	270 693	80 867	189 825,71	234,74%
Outras contas a receber	18 429 435	16 112 085	2 317 350,42	14,38%
Diferimentos	238 284	202 173	36 110,73	17,86%
Caixa e depósitos	20 374 697	36 436 356	-16 061 658,79	-44,08%
Ativo corrente	39 981 498	54 085 047	-14 103 549,06	-26,08%
Total Ativo	273 794 780	269 996 004	3 798 776,39	1,41%

Em termos comparativos com o ano transato o **Ativo consolidado** evolui de 270,00 milhões de euros para 273,79 milhões de euros, ou seja, **aumentou 3,80 milhões de euros**, que representa **1,41%**.

Mencionar que o **Ativo não corrente aumenta 17,90 milhões de euros**, que representa um acréscimo de 8,29% e resulta essencialmente da conta "Ativos fixos tangíveis"; em sentido contrário surge o **Ativo corrente** que no período **reduz** de 54,09 milhões de euros para 39,98 milhões de euros, ou seja **14,10 milhões de euros**. Esta redução resulta essencialmente dos valores da conta "Caixa e depósitos", que no final do exercício eram significativamente inferiores.

Salientar, ainda, o aumento do valor registado em "Outras contas a receber" que aumentou de 16,11 milhões de euros para 18,43 milhões de euros; deste aumento, 18,02 milhões respeitam ao Município e 413,31 mil euros à EMEC.

Quadro 6 - Património Líquido

Componentes do Património Líquido	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Património/Capital	23 188 744,62	9,84%	23 188 744,62	9,89%	0,00	0,00%
Reservas	10 674 770,40	4,53%	10 726 226,86	4,58%	51 456,46	0,48%
Resultados transitados	124 755 488,27	52,95%	123 555 285,03	52,71%	-1 200 203,24	-0,96%
Outras variações no Património Líquido	48 229 552,76	20,47%	48 229 552,76	20,58%	0,00	0,00%
Resultado líquido do período	28 751 394,78	12,20%	28 751 394,78	12,26%	0,00	0,00%
Total do Património Líquido	235 599 950,83	100,00%	234 451 204,05	100,00%	-1 201 385,25	-0,51%

O **Património Líquido consolidado** totaliza **234,40 milhões de euros**, no qual a EMEC, entidade consolidada, influência negativamente, na ordem de 1,20 milhões de euros, que em termos percentuais equivale a 0,51%.

Mencionar que dada a situação económica da EMEC, que vem acumulado prejuízos, o impacto mais significativo verifica-se na conta "Resultados transitados" no valor de -1,20 milhões de euros; no ano de 2023 o "Resultado líquido do período" também se apresenta negativo em 52,64 mil euros.

As "Reservas" consolidadas no valor de 10.73 milhões de euros representam 4.58% do Património Líquido, contribuindo a entidade consolidada com o valor de 51.46 mil euros.

Quadro 7 - Evolução do Património Líquido

Descrição	2023 SNC-AP	2022 SNC-AP	Variação homóloga	
			Valor	%
Património Líquido				
Património/Capital	23 188 744,62	23 188 744,62	0,00	0,00%
Reservas	10 726 226,86	10 664 484,00	61 742,86	0,58%
Resultados transitados	123 555 285,03	115 688 075,23	7 867 209,80	6,80%
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras variações no Património Líquido	48 229 552,76	40 267 673,88	7 961 878,88	19,77%
Resultado líquido do período	28 751 394,78	1 035 613,21	27 715 781,57	2676,27%
Total do Património Líquido	234 451 204,05	190 844 590,94	43 606 613,11	22,85%

Em termos comparativos com o período homólogo, o **Património Líquido Consolidado** passou de 190,84 milhões de euros para **234,45 milhões de euros**, valores que representam um **aumento de 43,61 milhões de euros**, ou seja de **22,85%**. Salientar que este importante crescimento ao nível do Património Líquido é imputado à entidade consolidante, em termos individuais, pois que neste capítulo a EMEC é geradora de efeitos negativos.

Os principais efeitos do processo de consolidação verificam-se nas contas de resultados, “Resultado Líquido do período” e “Resultados Transitados”, cujas variações são de 27,72 milhões de euros e 7,87 milhões de euros, respetivamente.

Outra variação significativa, no valor de 7,96 milhões de euros, ocorre na conta “Outras variações no Património Líquido” respeitando somente à entidade consolidante.

Quadro 8 - Análise do Passivo

Componentes do Passivo	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões	3 477 110,93	61,90%	3 477 110,93	61,90%	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	1 141 340,51	20,32%	1 141 340,51	20,32%	0,00	0,00%
Diferimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	998 789,44	17,78%	998 789,44	17,78%	0,00	0,00%
Passivo não corrente	5 617 240,88	100,00%	5 617 240,88	100,00%	0,00	0,00%
Credores por transf. e subs. não reemb. concedidos	190 211,96	0,60%	523 381,29	1,55%	333 169,33	175,16%
Fornecedores	3 540 276,88	11,13%	3 681 252,18	10,92%	140 975,30	3,98%
Estado e outros entes públicos	505 033,90	1,59%	670 451,29	1,99%	165 417,39	32,75%
Financiamentos obtidos	624 420,71	1,96%	1 718 420,71	5,10%	1 094 000,00	175,20%
Fornecedores de investimento	1 436 221,48	4,52%	1 436 221,48	4,26%	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	24 263 307,99	76,30%	24 454 868,14	72,51%	191 560,15	0,79%
Diferimentos	2 249,67	0,01%	2 249,67	0,01%	0,00	0,00%
Outros passivos financeiros	1 239 490,69	3,90%	1 239 490,69	3,68%	0,00	0,00%
Passivo corrente	31 801 213,28	100,00%	33 726 335,45	100,00%	1 925 122,17	6,05%
Total Passivo	37 418 454,16		39 343 576,33		1 925 122,17	5,14%

O **Passivo consolidado** totaliza **39,34 milhões de euros**, enquanto o da entidade mãe, em termos individuais cifra-se em 37,42 milhões de euros, significando que a **consolidação adiciona** um passivo de 1,93 milhões de euros, que representa **5,14%**.

Como se observa no quadro acima, o **Passivo não corrente** totaliza 5.62 milhões de euros, é da responsabilidade do Município, pois o Balanço da EMEC não acrescenta valor.

O **Passivo corrente consolidado** no valor de **33.73 milhões de euros**, aumenta as responsabilidades do Município, detentor da totalidade do capital da EMEC, em **1,93 milhões de euros**, que representa **6,05%**.

O impacto mais significativo verifica-se nos “Financiamentos obtidos” de curto prazo, sendo de sublinhar que a EMEC tem, neste capítulo, responsabilidades de 1,09 milhões de euros, valor consideravelmente superiores ao do Município que totalizam 624,42 mil euros.

Outra conta relevante do processo de consolidação é a relativa a “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos” em que a entidade consolidada acrescenta 333,17 mil euros ao passivo da entidade mãe, que é de 190,21 mil euros.

De **outras dívidas de curto prazo**, entre as quais a fornecedores, a consolidação acrescenta obrigações na ordem dos **550,59 mil euros**, que face às disponibilidades de tesouraria da EMEC poderá ser considerado significativo.

Quadro 9 - Evolução do Passivo

Descrição	2023 SNC-AP	2022 SNC-AP	Variação homóloga	
			Valor	%
Provisões	3 477 110,93	62 615 900,70	-59 138 789,77	-94,45%
Financiamentos obtidos	1 141 340,51	1 747 666,26	-606 325,75	-34,69%
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	998 789,44	853 655,67	145 133,77	17,00%
Passivo não corrente	5 617 240,88	65 217 222,63	-59 599 981,75	-91,39%
Credores por transf. e subs. não reemb. concedidos	523 381,29	429 836,16	93 545,13	21,76%
Fornecedores	3 681 252,18	3 052 269,39	628 982,79	20,61%
Estado e outros entes públicos	670 451,29	731 650,29	-61 199,00	-8,36%
Financiamentos obtidos	1 718 420,71	1 869 284,14	-150 863,43	-8,07%
Fornecedores de investimento	1 436 221,48	1 634 761,61	-198 540,13	-12,14%
Outras contas a pagar	24 454 868,14	5 155 590,03	19 299 278,11	374,34%
Diferimentos	2 249,67	2 389,45	-139,78	-5,85%
Outros passivos financeiros	1 239 490,69	1 058 408,94	181 081,75	17,11%
Passivo corrente	33 726 335,45	13 934 190,01	19 792 145,44	142,04%
Total Passivo	39 343 576,33	79 151 412,64	-39 807 836,31	-50,29%
Total do Passivo e Património Líquido	273 794 780,38	269 996 003,58	3 798 776,80	1,41%

Em termos evolutivos, destacar que o **Passivo Consolidado** do ano de 2023 é significativamente inferior ao do ano 2022, pois **reduz de 79,15 milhões de euros para 39,34 milhões de euros**; esta descida de **39,81 milhões de euros** representa **50,29%**.

Esta redução deriva essencialmente da **reversão das provisões** no valor de **59,14 milhões de euros** pelo Município, as quais estão relacionadas com a assinatura do acordo extrajudicial com a empresa Águas de Barcelos, S.A., entidade concedente do serviço de abastecimento de água e saneamento ao concelho de Barcelos, que consubstancia o 3º aditamento ao contrato de concessão e põe termo ao litígio mantido entre as partes há diversos anos.

Esta redução ocorre no **passivo não corrente** que é a componente que regista o maior impacto quando comparado com o exercício anterior.

Por outro lado e em sentido contrário, a conta "Outras contas a pagar" apresenta um acréscimo de **19,30 milhões de euros**, dos quais **18,00 milhões** respeitam à **indenização** decorrente do **acordo-extra-judicial** referido, sendo este um passivo corrente.

Mencionar, também, que relativamente ao ano transato a **dívida a fornecedores** regista um **acréscimo de 628,98 mil euros** e a decorrente de **fornecedores de investimentos** regista sentido contrário, **reduzindo 198,54 mil euros**, assim como a relativa ao "Estado e outros entes públicos" que **diminui 61,20 mil euros**.

O valor de "Outros passivos financeiros" que aumenta **181,08 mil euros**, ou seja **17,11 %** respeita exclusivamente ao Município considerado individualmente.

Deste modo, o **passivo corrente** regista um incremento no valor de 19.79 milhões de euros.

5.2 ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADO POR NATUREZAS

O **Resultado Consolidado** apresenta-se positivo em **28,75 milhões de euros**, valor muito superior ao do exercício anterior, o qual é proveniente da entidade consolidante, pois que o Resultado da EMEC, em termos individuais, é negativo em 52.64 mil euros.

Contudo, é importante conhecer o comportamento das variáveis que contribuíram para o referido resultado, pelo que se evidenciam de seguida os **Gastos** e os **Rendimentos** e a sua evolução relativamente ao exercício anterior.

Quadro 10 - Análise dos Gastos

Gastos	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	24 500,00	0,02%	24 500,00	0,02%	0,00	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 193 943,35	1,04%	1 209 252,77	1,05%	15 309,42	1,28%
Fornecimentos e serviços externos	25 238 823,90	22,06%	25 956 929,93	22,49%	718 106,03	2,85%
Gastos com pessoal	29 797 914,97	26,05%	31 411 385,17	27,21%	1 613 470,20	5,41%
Transferências e subsídios concedidos	25 766 818,29	22,52%	24 362 854,53	21,11%	-1 403 963,76	-5,45%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	66 198,49	0,06%	66 198,49	0,06%	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros gastos	23 211 227,57	20,29%	23 237 864,59	20,13%	26 637,02	0,11%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	8 498 884,40	7,43%	8 513 299,83	7,38%	14 415,43	0,17%
Juros e gastos similares suportados	604 402,43	0,53%	650 989,52	0,56%	46 587,09	7,71%
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	100,00%
TOTAL	114 402 713,40	99,98%	115 433 274,83	99,98%	1 030 561,43	0,90%

Após a aplicação das “regras” de consolidação, designadas de eliminação ou adição, obteve-se os **Gastos Consolidados**, que totalizam **115.43 milhões de euros**.

O processo de consolidação **acresce** o valor de **1.03 milhões de euros**, (0,90%) aos gastos do Município, enquanto entidade individual.

O valor **mais significativo** provem dos **Gastos com o Pessoal**, que totalizam **31.41 milhões de euros**, dos quais 1.61 milhões de euros são acrescentados pela entidade consolidada, aumento este de 5.41%.

Por **ordem decrescente**, em valor absoluto, dos restantes **Gastos** referem-se os seguintes:

“**Fornecimentos e Serviços Externos**”, cujo valor de **25.96 milhões de euros** integram um aumento de 718.11 mil euros da EMEC, que representa 2.85% dos gastos desta natureza;

“**Transferências e subsídios concedidos**” totalizam 24.36 milhões de euros, sendo um gasto apenas da responsabilidade do Município, pois a entidade consolidada não tem uma política de parcerias com entidades externas às quais atribui participações, contrariamente ao que acontece com o Município, designadamente com as Freguesias e com os Agrupamentos de Escolas.

“Juros e gastos similares suportados” cifram-se em 650.99 mil euros; o aumentam de 46.59 mil euros, representa 7.71%.

Quadro 11 - Evolução dos gastos

Gastos	2023 SNC-AP	2022 SNC-AP	Variação homóloga	
			Valor	%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	24 500,00	0,00	24 500,00	100,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 209 252,77	1 146 650,69	62 602,08	5,18%
Fornecimentos e serviços externos	25 956 929,93	19 558 293,08	6 398 636,85	24,65%
Gastos com pessoal	31 411 385,17	26 748 540,06	4 662 845,11	14,84%
Transferências e subsídios concedidos	24 362 854,53	19 472 667,19	4 890 187,34	20,07%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	66 198,49	504 273,80	-438 075,31	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	230 963,51	-230 963,51	0,00%
Outros gastos	23 237 864,59	2 543 160,19	20 694 704,40	89,06%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	8 513 299,83	8 754 722,01	-241 422,18	-2,84%
Juros e gastos similares suportados	650 989,52	131 794,87	519 194,65	79,75%
Imposto sobre o rendimento	0,00	1 087,75	-1 087,75	0,00%
TOTAL	115 433 274,83	79 092 153,15	36 341 121,68	31,48%

Em **termos evolutivos** os **Gastos** incorridos apresentam no exercício consolidado um **acréscimo** na ordem dos **36.34 milhões de euros**; este aumento é fortemente imputado à entidade consolidante em termos individuais, não obstante os custos da entidade consolidada também terem aumentado face ao exercício anterior.

No que respeita ao Município a justificação está suportada, em grande medida, no processo de transferência de competências da Administração Central para a Local, especificamente na área da educação, saúde e ação social e no acordo assumido com a concessionária Águas de Barcelos, S.A. em que o Município assumiu o pagamento de uma indemnização no valor de 18.00 milhões de euros.

Quadro 12 - Análise dos Rendimentos

Rendimentos	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	26 974 816,48	18,84%	26 974 816,48	18,71%	0,00	0,00%
Vendas	0,00	0,00%	39 952,48	0,03%	39 952,48	100,00%
Prestações de serviços e concessões	4 650 769,41	3,25%	4 797 692,99	3,33%	146 923,58	3,16%
Transferências e subsídios correntes obtidos	46 420 547,67	32,43%	47 233 445,49	32,76%	812 897,82	1,75%
Provisões (reduções)	59 138 789,77	41,31%	59 138 789,77	41,02%	0,00	0,00%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)	24 500,00	0,02%	24 500,00	0,02%	0,00	0,00%
Outros rendimentos	5 858 209,86	4,09%	5 875 285,60	4,07%	17 075,74	0,29%
Juros e rendimentos similares obtidos	86 474,99	0,06%	86 496,01	0,06%	21,02	0,00%
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00%	13 690,78	0,01%	13 690,78	0,00%
TOTAL	143 154 108,18	100,00%	144 184 669,60	100,00%	1 030 561,42	0,72%

No final do exercício de 2023 os **Rendimentos Consolidados** apurados totalizam **144.18 milhões de euros**, valor que representa um **acréscimo** na ordem dos **1.03 milhões de euros** (0.72%).

O Rendimento mais significativo decorre da reversão das Provisões da entidade consolidante, no valor de 59.14 milhões de euros, as quais estão relacionadas com o termo colocado ao litígio mantido com a entidade concedente Águas de Barcelos, S.A., que culminou com a assinatura do 3º Aditamento ao contrato de concessão.

De seguida, surgem os rendimentos relacionados com as “Transferências e Subsídios correntes obtidos”, cuja proveniência, em grande medida, é do Orçamento de Estado; nesta rubrica a entidade consolidada tem um contributo positivo de 812.90 mil euros, que representa 1.75%, pois tem financiamento no âmbito de candidaturas ao POCH, para o ensino profissional, entre outras.

Salientar uma característica particular da EMEC, a atividade comercial de venda de bens, designadamente de peças de artesanato, da qual obteve o rendimento de 39.95 mil euros.

Quadro 13 - Evolução dos rendimentos

Rendimentos	2023 SNC-AP	2022 SNC-AP	Variação homóloga	
			Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	26 974 816,48	24 256 382,97	2 718 433,51	10,08%
Vendas	39 952,48	30 242,66	9 709,82	24,30%
Prestações de serviços e concessões	4 797 692,99	4 481 404,70	316 288,29	6,59%
Transferências e subsídios correntes obtidos	47 233 445,49	45 355 852,02	1 877 593,47	3,98%
Provisões (reduções)	59 138 789,77	0,00	59 138 789,77	100,00%
Imparidade de investimentos não depreciables /amortizações (perdas/reversões)	24 500,00	0,00	24 500,00	100,00%
Outros rendimentos	5 875 285,60	6 003 883,54	-128 597,94	-2,19%
Juros e rendimentos similares obtidos	86 496,01	0,47	86 495,54	100,00%
Imposto sobre o rendimento	13 690,78	0,00	13 690,78	100,00%
TOTAL	144 184 669,60	80 127 766,36	64 056 903,24	44,43%

Analisando a **evolução dos Rendimentos Consolidados** com os obtidos no exercício anterior salienta-se o **acréscimo de 64.06 milhões de euros (44.43%)**;

Da observação do quadro acima constata-se que a componente **mais significativa** deste aumento de rendimento tem origem no tratamento das **provisões** por parte da entidade consolidante, as quais estão relacionadas com o litígio relacionado com a execução do contrato de concessão celebrado com a empresa Águas de Barcelos, S.A..

Os rendimentos de “**Transferências e subsídios correntes obtido**” é um rendimento com uma cadência regular para o Município, pois integra a redistribuição das receitas do Orçamento do Estado; contudo, integra, também, o relativo a financiamentos por via de candidaturas a diversos fundos apresentadas por ambas as entidades; relativamente ao ano transato tiveram um crescimento de 1.88 milhões de euros, ou seja de 3.98%.

Registrar o aumento verificado nos rendimentos de “**Prestação de Serviços e concessões**”, que aumentou 316.29 mil euros, ou seja 6.59%, sendo 4.65 milhões do Município e 146.92 mil euros da EMEC.

A atividade comercial da EMEC com a venda de peças de artesanato também aumentou, passou de 30.24mil euros para 30.95 mil euros, que representa um acréscimo de 24.30%.

Mencionar que no exercício registou-se um rendimento proveniente de “**Juros e rendimentos similares obtidos**” no valor de 86.50 mil euros, que no ano anterior não teve significado. Este rendimento resultou, essencialmente, do aproveitamento das condições do mercado para rentabilizar as disponibilidades de tesouraria.

O aumento de 2.72 milhões de euros nos impostos, 10.08%, relativamente ao ano transato, respeita em exclusivo ao Município, pois os impostos não fazem parte das receitas das empresas municipais.

5.3 DÍVIDA A TERCEIROS

Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

Quadro 14 - Dívida a Terceiros

Designação	Município		Consolidado	
	Valor	%	Valor	%
Dívida a terceiros de curto prazo	24 164 566	91,86%	25 737 346	92,32%
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	2 140 130	8,14%	2 140 130	7,68%
TOTAL	26 304 696	100,00%	27 877 476	100,00%

O Passivo consolidado integra **Dívidas a Terceiros** no valor de **27.88 milhões de euros**, as quais se subdividem quanto à sua exigibilidade, em curto prazo e de médio e longo prazo; a **dívida de curto prazo** assume particular importância, pois representa **92.32%** da dívida a terceiros e a de médio e longo prazo 7.68%.

As Dívidas de curto prazo totalizam 25.74 milhões de euros e as Dívidas de médio e longo prazo 2.14 milhões de euros.

No que respeita a **Dívidas a terceiros** a EMEC **acrescenta** responsabilidades ao Município, na ordem dos **1.57 milhões de euros**, as quais em termos de exigibilidade são de **curto prazo** e representam 6.11%. Esta dívida respeita, fundamentalmente, a **financiamento bancário** de curto prazo.

De mencionar que a EMEC não apresenta dívidas a terceiros de médio e longo prazo, pelo que o valor é na totalidade da responsabilidade do Município enquanto entidade individual.

Quadro 15 - Evolução de dívida a terceiros

Designação	2023 SNC-AP	2022 SNC-AP	Variação homóloga	
			Valor	%
Dívida a terceiros de curto prazo	25 737 346	7 198 895	18 538 451	257,52%
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	2 140 130	2 601 322	-461 192	-17,73%
TOTAL	27 877 476	9 800 217	18 077 259	2

Em **termos comparativos** com o exercício do ano anterior, regista-se o **acréscimo** das responsabilidades para com terceiros em **18.08 milhões de euros**, ou seja, um aumento de 184.46%, impondo-se referir que 18.00 milhões são justificados pelo valor da indemnização assumida no âmbito do litígio com as Águas de Barcelos, S.A., relativamente ao contrato de concessão, a liquidar no início do ano de 2024.

Referir que se retirarmos os efeitos decorrentes deste processo, a dívida de curto prazo no final do exercício era semelhante à do ano anterior.

A dívida de curto prazo aumentou no exercício, sendo que a de médio e longo prazo apresenta o movimento inverso, ou seja, diminuiu no período 461.19 mil euros, diminuição que representa 17.73%.

Empréstimos Obtidos

A Dívida de Empréstimos consolidada com a EMEC totaliza 2.86 milhões de euros, a qual em termos de exigibilidade apresenta-se a seguinte modo:

- Curto prazo 1.72 milhões de euros;
- Médio e longo prazo 1.14 milhões de euros

No final do exercício a dívida bancária evidencia uma diminuição de 757.19 mil euros, 20.93%, em razão do cumprimento dos planos de amortização.

A dívida de empréstimos de médio e longo prazo respeita, exclusivamente, ao Município e assume no final do exercício o valor de 1.14 milhões de euros.

A exigibilidade a curto prazo de empréstimos assume o valor de 1.72 milhões de euros, sendo 624.42 mil euros a amortizar pelo Município e a diferença, 1.09 milhões de euros pela entidade consolidada.

A dívida da EMEC a instituições bancárias respeita à utilização de crédito em regime de conta corrente em duas instituições bancárias, a qual no final do exercício apresentava-se nos termos seguintes:

Caixa Geral de Depósitos – 399.00 mil euros

Millennium BCP – 695.00 mil euros

Quadro 16 - Empréstimos

Designação	31.12.2023	31.12.2022	Variação homóloga	
			Valor	%
Empréstimos bancários				
Passivo corrente	1 718 420,71	1 869 284,14	-150 863,43	-0,08
Passivo não corrente	1 141 340,51	1 747 666,26	-606 325,75	-0,35
TOTAL	2 859 761,22	3 616 950,40	-757 189,18	-20,93%

Conta	Município Barcelos	EMEC, EM	Grupo público consolidado
CGD 9015004681191	281 909,29 €	0,00 €	281 909,29
CGD 9015005090891	362 704,27 €	0,00 €	362 704,27
CGD 9015007594391	304 595,74 €	0,00 €	304 595,74
CA 56057797471	816 551,92 €	0,00 €	816 551,92
CGD	0,00 €	399 000,00 €	399 000,00
BCP	0,00 €	695 000,00 €	695 000,00
TOTAL	1 765 761,22	1 094 000,00	2 859 761,22

5.4 ANÁLISE ORÇAMENTAL

As demonstrações orçamentais consolidadas são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais são o de proporcionar informação do orçamento e da execução das receitas e despesas orçamentadas, dos recebimentos e pagamentos e do desempenho orçamental, conforme dispõe a NCP 26 do Dec-Lei nº

192/2015, de 11 de setembro, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

As presentes demonstrações orçamentais foram preparadas de acordo com a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, estabelecida no SNC-AP.

O Orçamento consolidado do grupo autárquico resulta do alinhamento das rubricas do orçamento municipal com o da EMEC, expurgado das operações internas.

Operacionalizada esta dinâmica quanto às operações decorrentes do método adotado para a consolidação, o método de simples agregação, o **Orçamento Consolidado** apresenta o valor de 134.09 milhões de euros.

Salientar a enorme diferença de estrutura e competências entre as entidades que constituem o grupo que ficará mais uma vez exposta nos números da análise orçamental.

O Orçamento final do Município tem o valor de 130.97 milhões de euros e o da EMEC o valor de 4.69 milhões de euros, ou seja, a entidade consolidada terá sempre um peso pouco significativo na abordagem à execução do orçamento consolidado.

O **Orçamento consolidado** apresenta um **acréscimo de 3.12 milhões de euros**, que relativamente ao da entidade consolidante, valor que representa **2.33%**.

No que respeita à execução, as **receitas cobradas** ascenderam a **126.71 milhões de euros** (valor que integra o saldo transitado do exercício anterior) e assegura uma taxa de execução de 94.50%, muito semelhante à do Município.

Deste valor, 124.00 milhões de euros foi recebido pelo Município (97.86%) e 2.71 milhões de euros pela entidade consolidada, EMEC (2.14%).

Explicitando o comportamento da **despesa consolidada**, referir que totalizou **108.89 milhões de euros**, sendo 104.80 milhões de euros do Município e 4.09 milhões da responsabilidade da EMEC.

Da dinâmica do exercício económico ao nível da execução do orçamento, da receita e da despesa, o ano 2023 encerrou com **saldo consolidado de 17.82 milhões de euros** a transitar para ano seguinte; o Município, enquanto entidade individual, terminou com um saldo de gerência no valor de 17.63 milhões de euros e a EMEC com um saldo de 187.77 mil euros.

A receita consolidada pode ser classificada, economicamente, em corrente e de capital, assim como as despesas, decomposição que está evidenciada no quadro abaixo.

Quadro 17 - Receita Orçamental

Designação	Orçamento Final		Orçamento conso- lidado	Executado		Executado Consolidado	Taxa de Execução
	Município	EMEC		Município	EMEC		
Receitas correntes	79 537 379	2 840 260	80 803 509	80 747 157	2 851 837	82 024 864	101,51%
Receitas capital	17 146 301	1 800 000	18 946 301	8 957 132	1 377 021	10 334 153	54,54%
Outras receitas	34 288 563	52 996	34 341 559	34 299 016	52 996	34 352 012	100,03%
TOTAL GERAL	130 972 243	4 693 256	134 091 369	124 003 305	4 281 855	126 711 029	94,50%

Quadro 18 - Despesa Orçamental

Designação	Dotação final		Dotação inicial Consolidado	Pago		Pago Consolidado	% Execução
	Município	EMEC		Município	EMEC		
Despesas Correntes	78 994 731	2 972 194	80 392 795	69 521 511	2 544 126	70 491 507	87,68%
Despesas de Capital	51 977 512	1 721 062	53 698 574	36 854 531	1 549 962	38 404 493	71,52%
Despesas Totais	130 972 243	4 693 256	134 091 369	106 376 042	4 094 088	108 896 000	81,21%

Em termos estruturais as **receitas correntes** totalizaram **82.02 milhões de euros** representando 64.73%; as de **capital assumiram** o valor de **8.96 milhões de euros** equivalendo a 8.16% e de **outras naturezas**, onde se inscrevem os saldos transitados, **34.34 milhões de euros**, que corresponde a 27.11%.

Do lado das despesas, o peso relativo da **despesa corrente** é de 64.73% com pagamentos no valor de **70.49 milhões de euros** e o da **despesa de capital** de 35.27%, que corresponde o valor de **36.27 milhões de euros**; desta execução retira-se a conclusão de que o **saldo de gerência foi utilizado para financiar despesas de capital**.

Da análise dos elementos financeiros constata-se que a EMEC não dispõe de receitas de capital.

O **Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado** funciona como um documento síntese de todos os fluxos financeiros do grupo autárquico, articulando e equilibrando recebimentos e pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

Da análise dos fluxos financeiros consolidados resulta que no exercício de 2023 os recebimentos totalizaram 93.63 milhões de euros e os pagamentos de 109.69 milhões de euros, ou seja, dos quais resultou um saldo no valor de 20.37 milhões de euros que irá beneficiar a gestão financeira do ano seguinte.

Salvaguardar, contudo, que parte deste saldo não é disponível para qualquer das entidades, pois integra 2.56 milhões de euros de operações de tesouraria; o saldo orçamental totaliza 17.82 milhões de euros.

Em termos comparativos com o ciclo anterior, o saldo final apresenta um valor inferior na ordem dos 16.06 milhões de euros, não deixando de assumir um valor considerável.

Por último, referir que as operações de tesouraria são entradas e saídas de fundos extraorçamentais, movimentados contabilisticamente no sistema patrimonial, que se destinam a ser entregue a entidades terceiras.



5.5 APRESENTAÇÃO DE RÁCIOS

Indicadores económicos	Indicador	Município	Consolidado
Liquidez	Liquidez geral	Ativo corrente/Passivo, corrente	1,24 1,19
	Liquidez Reduzida	(Ativo corrente-Inventários) /Passivo corrente	1,23 1,17
	Liquidez imediata	Disponibilidades/Passivo corrente	0,63 0,60
Rentabilidade	Rentabilidade do Património Líquido	Resultados líquidos/Património líquido	1220,35% 1226,33%
	Rentabilidade operacional do ativo	Resultados operacionais/Ativo	1072,06% 1070,22%
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,86 0,86
	Solvabilidade	Património líquido/Passivo	6,30 5,96
	Grau de Cobertura dos gastos financeiros	Resultados Operacionais/Gastos financeiros	48,43 45,01
	Endividamento	Passivo/Ativo	0,14 0,14
Indicadores orçamentais	Indicador	Município	Consolidado
Execução orçamental	Receita	Receitas cobradas liquidas/Previsões corrigidas	0,95 0,95
	Despesa	Despesa paga liquida/Dotações corrigidas	0,81 0,81
	Liquidação da Receita	Receita cobrada liquida/Liquidações	1,00 1,00
	Pagamento de Obrigações	Despesa paga liquida/Obrigações	0,98 0,98
Outros Indicadores	Indicador	Município	Consolidado
Estrutura	Despesas com Pessoal	Pagamentos a pessoal/Despesa total	0,27 0,28
	Aquisição de Bens e serviços	Pagamentos de Bens e Serviços/Despesa total	0,95 0,24
	Investimento	Pagamento de Investimento/Despesa total	0,20 0,20
	Serviço de Dívida	Serviço de Dívida/Despesa corrente	0,01 0,04

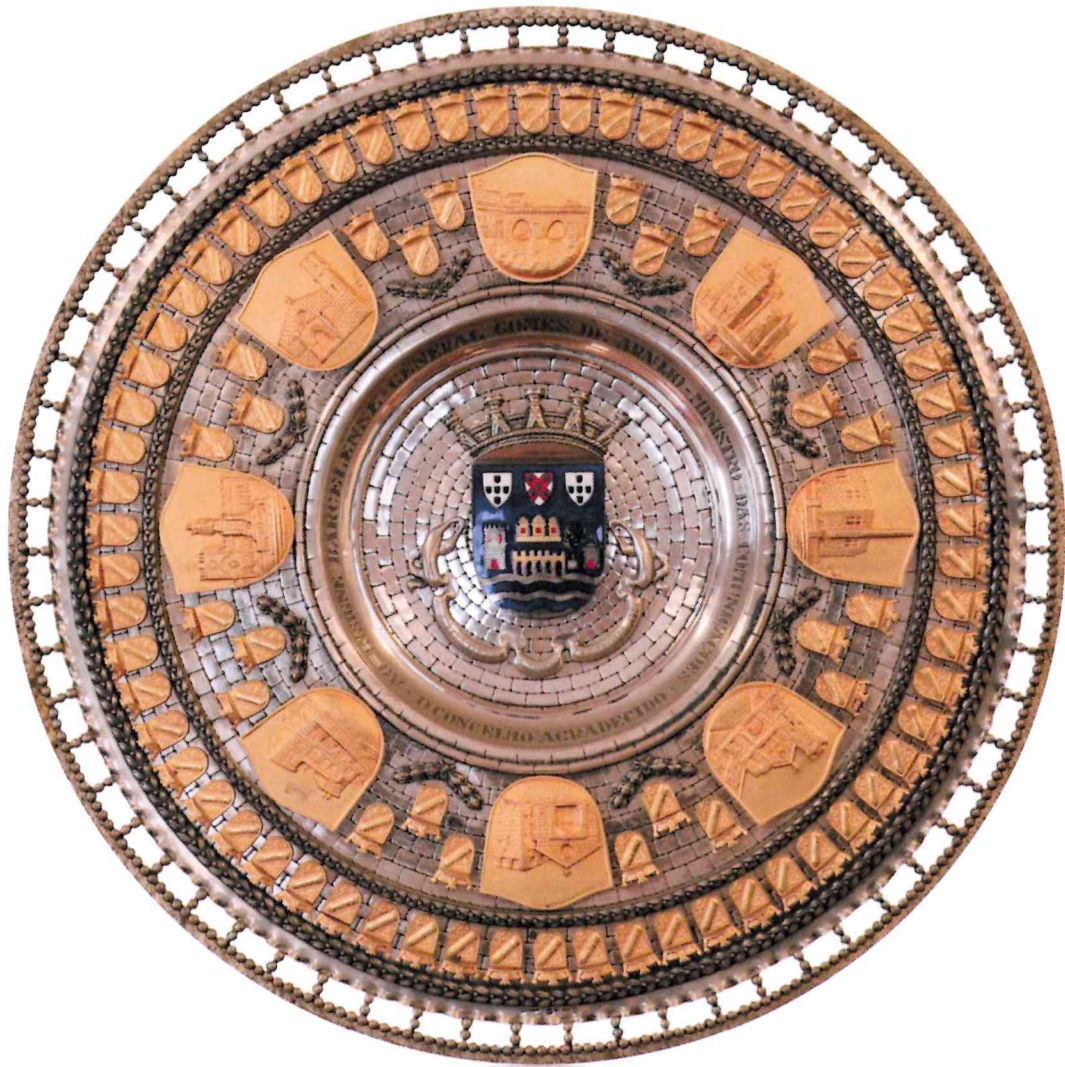
6 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

De salientar que durante o ano 2023 foram efetuados os estudos e concluídas as negociações com a entidade concedente do sistema de Abastecimento de Água e Saneamento ao concelho, Águas de Barcelos, S.A., do que resultou a assinatura do 3º Aditamento ao referido contrato de concessão em 16.11.2023.

Do acordo estabelecido resultava o pagamento de uma indemnização no valor de 18 milhões de euros no prazo de 90 dias após a homologação do Tribunal, a qual foi paga dentro do prazo estabelecido.

Para satisfazer esta obrigação o Município contratou um empréstimo de médio e longo prazo, até ao valor de 25.00 milhões de euros, que mereceu o Visto do Tribunal de Contas em 21.12.2023 e permitirá financiar, também, a execução dos investimentos que integram o plano a realizar pela concedente.

Mencionar, ainda, que a Câmara Municipal aprovou na reunião realizada no dia 15.04.2024 o novo regulamento de controlo interno, que substitui o aprovado no ano de 2003; este regulamento tem um âmbito mais alargado, na medida em que contém um conjunto de normas extensíveis a serviços que anteriormente não estavam contemplados.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F', 'Felin', 'Hi', 'A', 'S', 'R']

II

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[Handwritten signature]

7 - BALANÇO CONSOLIDADO

RUBRICAS	NOTAS	31/12/2023 SNC-AP	31/12/2022 SNC-AP
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1, 5.2	227 501 626,39	209 958 234,43
Propriedades de investimento	8	194 241,95	196 083,21
Ativos intangíveis	3.1, 3.2	2 312 721,08	2 032 883,52
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras	18.1A	3 702 115,51	3 702 115,51
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		17 519,80	21 177,98
Ativos por impostos diferidos		84 595,72	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber		462,00	462,00
Total do Ativo não corrente		233 813 282,45	215 910 956,65
Ativo corrente			
Inventários	10	399 724,73	373 960,66
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		13 534,00	88 790,31
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	18.1A	255 130,78	790 815,67
Estado e outros entes públicos		270 692,89	80 867,18
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	18.1C	18 429 435,13	16 112 084,71
Diferimentos		238 283,59	202 172,86
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1	20 374 696,81	36 436 355,60
Total do Ativo corrente		39 981 497,93	54 085 046,99
Total do Ativo		273 794 780,38	269 996 003,64
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.2	23 188 744,62	23 188 744,62
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00

RUBRICAS	NOTAS	31/12/2023 SNC-AP	31/12/2022 SNC-AP
Prêmios de emissão		0,00	0,00
Reservas	18.2	10 726 226,86	10 664 484,06
Resultados transitados	18.2	123 555 285,03	115 688 075,23
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Patrimônio Líquido	18.2	48 229 552,76	40 267 673,88
Resultado líquido do período		28 751 394,78	1 035 613,21
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido		234 451 204,05	190 844 591,00
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	3 477 110,93	62 615 900,70
Financiamentos obtidos	7, 18.3A,23.3.1	1 141 340,51	1 747 666,26
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar	18.3C	998 789,44	853 655,67
Total do Passivo não corrente		5 617 240,88	65 217 222,63
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		523 381,29	429 836,16
Fornecedores	18.3 B	3 681 252,18	3 052 269,39
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		670 451,29	731 650,29
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7, 18.3A,23.3.1	1 718 420,71	1 869 284,14
Fornecedores de investimentos	18.3B	1 436 221,48	1 634 761,61
Outras contas a pagar	18.3C	24 454 868,14	5 155 590,03
Diferimentos		2 249,67	2 389,45
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros	18.3C	1 239 490,69	1 058 408,94
Total do Passivo corrente		33 726 335,45	13 934 190,01
Total do Passivo		39 343 576,33	79 151 412,64
Total do Patrimônio Líquido e Passivo		273 794 780,38	269 996 003,64

8 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-12-23	31-12-22
		SNC-AP	SNC-AP
Impostos, contribuições e taxas	14	26 974 816,48	24 256 382,97
Vendas	13	39 952,48	30 242,66
Prestações de serviços e concessões	13	4 797 692,99	4 481 404,70
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-24 500,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	47 233 445,49	45 355 852,02
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.2	-1 209 252,77	-1 146 650,69
Fornecimentos e serviços externos	23.1	-25 956 929,93	-19 558 293,08
Gastos com pessoal	19.1	-31 411 385,17	-26 748 540,06
Transferências e subsídios concedidos	23.2	-24 362 854,53	-19 472 667,19
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.1A	-66 198,49	-504 273,80
Provisões (aumentos/reduções)	15	59 138 789,77	-230 963,51
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		24 500,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13;14	5 875 285,60	6 003 883,54
Outros gastos	15	-23 237 864,58	-2 543 160,19
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		37 815 497,34	9 923 217,37
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5,8	-8 513 299,83	-8 754 722,01
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		29 302 197,51	1 168 495,36
Juros e rendimentos similares obtidos	13	86 496,01	0,47
Juros e gastos similares suportados	7	-650 989,52	-131 794,87
Resultado antes de impostos		28 737 704,00	1 036 700,96
Imposto sobre o rendimento		13 690,78	-1 087,75
Resultado líquido do período		28 751 394,78	1 035 613,21
Resultado líquido do período atribuível a:		28 751 394,78	1 035 613,21
Detentores do capital da entidade-mãe		28 751 394,78	1 035 613,21
Interesses que não controlam			

9 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstração Consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - 2023

Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Outros Instrum. de Capital Próprio	Outras Reservas	Reservas Legais	Resultados Transfidos	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	23 188 744,62	0,00	0,00	10 664 484,06	115 688 075,23	0,00	0,00	40 267 673,88	1 035 613,21	190 844 591,00	0,00	190 844 591,00
Alterações no período													
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	6 893 339,39	0,00	0,00	0,00	0,00	6 893 339,39	0,00	6 893 339,39
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	61 742,80	973 870,41	0,00	0,00	38 032,03	-1 035 613,21	38 032,03	0,00	38 032,03
	(2)	0,00	0,00	0,00	61 742,80	7 867 209,80	0,00	0,00	7 961 878,88	-1 035 613,21	14 855 218,27	0,00	14 855 218,27
	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 751 394,78	28 751 394,78	0,00	28 751 394,78
	(4)=(2)+(3)									27 715 781,57			786 900,15
Resultado Líquido do Período													
Resultado Integral													
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período		(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	0,00	0,00	10 726 226,86	123 555 285,03	0,00	0,00	48 229 552,76	28 751 394,78	234 451 204,05	0,00	234 451 204,05

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right side and several smaller ones below it.

Demonstração Consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - 2022

Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Outros Instrum. de Capital Próprio	Outras Reservas	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	23 188 744,62	0,00	0,00	10 408 743,29	106 213 389,89	0,00	0,00	35 153 548,42	4 979 666,59	179 944 092,81	0,00	179 944 092,81
Alterações no período													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 109 870,34	0,00	5 109 870,34	0,00	5 109 870,34
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	4 750 759,52	0,00	0,00	0,00	0,00	4 750 759,52	0,00	4 750 759,52
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido	(2)	0,00	0,00	0,00	255 740,77	4 723 925,82	0,00	0,00	4 255,12	-4 979 666,59	4 255,12	0,00	4 255,12
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	255 740,77	9 474 685,34	0,00	0,00	5 114 125,46	-4 979 666,59	9 864 884,98	0,00	9 864 884,98
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 035 613,21	1 035 613,21	0,00	1 035 613,21
										-3 944 053,38	786 900,15		
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	23 188 744,62	0,00	0,00	10 664 484,06	115 688 075,23	0,00	0,00	40 267 673,88	1 035 613,21	190 844 591,00	0,00	190 844 591,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right side and several smaller ones below it.

10 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	31-12-23	31-12-22
		SNC-AP	SNC-AP
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		5 212 294,93	3 713 681,90
Recebimentos de contribuintes		23 199 563,71	22 792 213,18
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		48 307 233,73	45 317 424,67
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-27 186 769,26	-20 805 385,25
Pagamentos ao pessoal		-19 799 091,52	-17 028 112,88
Pagamentos a contribuintes / Utes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-25 063 078,30	-18 598 494,85
Pagamentos de prestações sociais			0,00
Caixa gerada pelas operações		4 670 153,29	15 391 326,77
Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Pagamento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos		3 460 092,98	3 787 056,57
Outros pagamentos		-13 123 972,21	-19 548 004,01
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-4 993 725,94	-369 620,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-21 207 900,29	-3 272 907,16
Ativos intangíveis		-526 198,41	-99 882,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-1 607,33	-3 486,28
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		54 828,05	293 445,55
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		3 032 282,64	2 828 888,41
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		59 493,20	0,00
Subsídios ao investimento		4 792 579,45	3 064 668,72
Transferências de capital		4 050 211,00	3 171 583,00
Juros e rendimentos similares		65 902,10	0,48
Dividendos		20 593,91	42 058,55
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-9 659 815,68	6 024 369,27
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 377 000,00	190 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00

Rubricas	Notas	31-12-23 SNC-AP	31-12-22 SNC-AP
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		-2 134 189,18	-1 066 612,11
Juros e gastos similares		-650 927,99	-99 638,66
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 408 117,17	-976 250,77
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-16 061 658,79	4 678 497,83
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1	36 436 355,60	31 757 857,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	20 374 696,81	36 436 355,60
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		36 436 355,60	31 757 857,77
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior		36 436 355,60	31 757 857,77
De execução orçamental		34 288 512,97	30 153 253,89
De operações de tesouraria		2 094 846,36	1 465 774,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período		20 374 696,81	36 436 355,60
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo da gerência seguinte		20 374 696,81	36 436 355,60
De execução orçamental		17 815 028,67	34 341 509,24
De operações de tesouraria		2 559 668,14	2 094 846,36

11 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As presentes notas às demonstrações financeiras consolidadas facilitarão a compreensão de toda a informação relevante contida nas contas consolidadas.

Todos os valores encontram-se expressos em euros.

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. – Identificação da entidade e período de relato

Entidades incluídas na consolidação a 31.12.2023

Designação da Entidade	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final	OBS
						Direto	Indireto		
Município de Barcelos	505584760	Largo do Município, 4750-323 Barcelos	Atribuições e competências no âmbito da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e demais legislação						a)
Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	504635417	Rua da Feiteira, n.º 10, Apartado 5002 4750-001 Abade de Neiva	Serviços de educação, ensino e cultura	250 000,00	250 000,00	100,00 %		100,00%	b)

- a) Entidade consolidante, conforme estabelecido no n.º 1 do art.º 75 da Lei 73/2013
- b) Entidade controlada pelo Município de Barcelos

1.2. – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

- a) **Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2023 foram preparados de acordo com o SNC-AP.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as Administrações Públicas.

- b) **Indicação e comentário das contas do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidada cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

As contas são comparáveis com a exceção do descrito na nota 2.8.

- c) **Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras consolidadas for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável**

Face ao descrito na alínea anterior, por ser impraticável, o comparativo não foi reexpresso.

- d) **Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

- e) **De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.**

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS		
	SNC-AP	SNC-AP
Conta	2023	2022
Caixa	3 785,87	1 668,89
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	17 811 242,80	34 339 840,35
Outros Depósitos		
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções	2 559 668,14	2 094 846,36
Total de caixa e depósitos	20 374 696,81	36 436 355,60

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e eventuais das perdas por imparidade, caso existam.

Compreende, essencialmente, projetos de desenvolvimento, licenças de software, programas de computador, entre outros.

Um ativo intangível, como o caso dos projetos de desenvolvimento, apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado, e se o seu custo ou justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, começando quando o ativo está disponível para uso. Para o efeito, são consideradas as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para os bens adquiridos a partir de 01/01/2020.

A amortização das licenças de software e programas de computador devem refletir o período pelo qual se espera que o ativo gere benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que é definida

de acordo com o uso esperado desse ativo, período de utilização previsto em acordos e contratos, ou então determinada pela obsolescência resultante de fatores tecnológicos, de mercado ou de uso deficiente.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes (ou linha reta).

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos intangíveis, adquiridos até 31/12/2019. Também não foi feito o desreconhecimento dos referidos ativos correspondentes para o desenvolvimento e pesquisa que de acordo com o novo normativo não reúnem as condições para ser classificados como ativos.

Em 2022 e 2023 manteve-se a situação do parágrafo anterior, sendo que para os bens adquiridos nestes exercícios o reconhecimento foi efetuado de acordo com o preconizado no SNC- AP.

É aplicado o método de amortização das quotas constantes e as taxas de amortização utilizadas correspondem à vida útil estimada nos termos seguintes:

Ativos Intangíveis	Taxa de amortização
Programas de computador e sistemas de informação	33,33 %

Acordos de concessão de serviços (NCP4)

Os acordos de concessão de serviços envolvem o concessionário que proporciona serviços públicos relacionados com ativos em nome do concedente. O Município deve reconhecer um ativo construído, melhorado ou adquirido no âmbito dos acordos de concessão de serviços, desde que o Município, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, e a quem, e a que preço, controlando ainda através da propriedade o direito aos benefícios ou por outra forma, qualquer interesse residual no ativo final do termo do acordo. Este ativo deverá ser reconhecido pelo seu justo valor. Se se tratar de um ativo já existente do concedente, que o concessionário vai utilizar, tal ativo deve ser reconhecido com um ativo de concessão de serviços através de uma transferência da rubrica de onde estava registado e pela quantia que se estava registado. Após reconhecimento, ou reclassificação, conforme o caso, o ativo de concessão de serviços deve ser contabilizado de acordo com a respetiva norma.

Quando se reconhece um ativo de concessão de serviços, deve reconhecer-se um passivo pela mesma quantia, ajustado de eventuais remunerações do concedente ao concessionário, ou vice-versa. Se se tratar de um ativo de concessão de serviços já existente do concedente, não se reconhece qualquer passivo (exceto se existir qualquer nova obrigação).

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam.

O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para o Grupo benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o seu custo ou justo valor, puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes (ou linha reta), a partir da data em que os ativos estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado no Classificador Complementar 2 (CC2) - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens, adquiridos após 01/01/2020, tendo em consideração a sua obsolescência técnica ou outro desgaste

que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para os bens registados até 31/12/2019 foi considerada a vida útil que consta na portaria n.º671/2000, de 17 de abril, que aprovou o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

	Vida útil CC2	CIBE
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos	20 a 149 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos	2 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 a 20 anos	5 a 20 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos	3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos	2 a 8 anos

Os gastos de conservação e reparação em que se verifique que não incorrem num aumento da vida útil dos bens, nem resultem em outros benefícios económicos, como o aumento da capacidade ou potência, entre outros, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os investimentos em curso constituem ativos que se encontram na fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31/12/2019, mesmo para os edifícios e outras construções, situação que ainda não foi alterada.

Porem no exercício de 2021 procedeu-se à apreciação de um conjunto de 271 ativos, os quais foram objeto de ajustamento ao novo normativo; no ano 2022 e 2023 não houve alterações da situação do ano anterior.

Os bens adquiridos no exercício foram reconhecidos de acordo com o preconizado no SNC-AP.

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento, respeitam na integra ao Município de Barcelos e compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, não estando ao serviço da atividade operacional do Município.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes (ou linha reta), em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens, adquiridos após 01/01/2020.

Propriedades de Investimento	Vida útil CC2	CIBE
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos	20 a 149 anos

Na transição do ano para SNC-AP foram mantidas as vidas úteis; no exercício não foram adquiridos novas Propriedades de Investimento, no entanto a existirem seria aplicado o novo normativo.

Locações

Uma locação é um acordo pelo qual o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou uma série de pagamentos.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

No caso de ser uma locação financeira, devem ser determinadas as quantias a reconhecer no início do prazo da locação, data a partir do qual o locatário pode exercer o direito de uso do ativo locado, nomeadamente, o reconhecimento do ativo fixo tangível e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Os juros e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do exercício a que respeitam.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas numa base linear durante o período do contrato de locação.

Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são suportados independentemente de como esses empréstimos são aplicados, de acordo com o regime do acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, isto é, um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido ou para venda, são capitalizados como parte do custo desse ativo quando for provável que deles resultem benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade e os custos possam ser mensurados com fiabilidade.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em entidades controladas e associadas foram mensurados pelo custo de aquisição, segundo a NCP 21 que permite a opção pelo modelo do custo nas suas demonstrações financeiras consolidadas, razão pela qual se manteve a política contabilística.

Imparidade de Ativos

A quantia escriturada de um ativo será reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se, e apenas se, a quantia recuperável de serviço for menor do que a quantia escriturada, devendo a imparidade ser imediatamente reconhecida nos resultados.

Rendimentos e Gastos

O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando se deve reconhecê-lo. Como tal, este é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Uma transação com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual. Por outro lado, numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. Na distinção dos rendimentos deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber à data de aquisição.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultados de um acontecimento passado e é provável que seja exigido um exfluxo de recursos e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Quando não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação ou a quantia de obrigação não pode ser mensurada com fiabilidade, então estamos perante um passivo contingente.

O passivo contingente não é reconhecido, mas divulgado (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço).

Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos (quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

Os ativos contingentes são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade.

Foi utilizada a melhor estimativa do risco fornecida pela Divisão Jurídica e pelos advogados contratados em regime de avença, sendo que o respetivo valor engloba o valor de processo, custas judiciais e juros compensatórios.

Dívidas a Receber e a Pagar

As dívidas a receber são mensuradas inicialmente pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade acumulada, para que estas reflitam o valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas a pagar são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado.

Acréscimos

Estas contas registam a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita ou despesa e respetivo recebimento e pagamento só venha a ocorrer em período ou períodos posteriores.

Foram considerados em acréscimos de rendimentos os relativos a impostos diretos correspondentes ao mês de dezembro e recebidos apenas em janeiro de 2024, bem como a imputação do rendimento relativo ao Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama do ano 2023 cuja cobrança apenas ocorrerá em 2024, transferências no âmbito de contratos de emprego e inserção, refeições escolares e do valor relativo a férias e subsídio de férias do pessoal não docente, do valor transferido no âmbito da Transferência de Competências relativo a 2023, entre outros.

Em acréscimos de gastos foi reconhecida a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e encargos relacionados que em 31 de dezembro de 2023 os trabalhadores já tenham direito a receber, mas

cujo processamento e pagamento apenas se verificará em 2024, consumo de eletricidade, água, comunicações, prestações de serviços, cuja despesa apenas irá ocorrer no exercício seguinte.

Diferimentos

Compreende os gastos e os rendimentos que devam ser reconhecidos em 2024 ou seguintes, em cumprimento do regime do acréscimo ou periodização económica, cujo pagamento/contabilização já ocorreu em 2023, nomeadamente, rendas, prestações de serviços, entre outros.

Benefícios aos Empregados

Benefícios dos empregados correspondem a todas as formas de retribuição dadas pelo Município em troca dos serviços prestados pelos empregados. Estes benefícios dos empregados podem ser categorizados como benefícios de curto prazo, outros benefícios de longo prazo, benefícios pós-emprego e benefícios de cessação de emprego.

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídio de férias e de Natal, subsídio de refeição, horas extraordinárias, senhas de presença, despesas de representação, ajudas de custo, abono para falhas, subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno, contribuições e outros encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações e outros encargos sociais.

Inventários

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda incluindo, por exemplo, mercadoria comprada e detida para venda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam

a ser produzidos pela entidade, materiais e consumíveis aguardando o seu uso no processo de produção e bens comprados ou produzidos, para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico e prestação de serviços.

A mensuração de inventários é efetuada pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. Foi adotado o custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período de relato e do custo de itens semelhantes comprados durante esse período.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condições atuais.

2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas teve em consideração os seguintes princípios:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de que o Grupo continuará a sua atividade.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Consistência de Apresentação

Foram mantidas as práticas e políticas contabilísticas, pelo que a informação é consistente.

Materialidade e Agregação

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras, tomadas por parte dos seus utilizadores.

Compensação

Os ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A comparabilidade é um requisito qualitativo das demonstrações financeiras, característica esta que foi garantida neste documento de consolidação de contas, não obstante o descrito na nota 2.8.

2.3 - Julgamento (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas

Não foram efetuados juízos de valor.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações foram elaboradas numa perspetiva de continuidade.

2.5 - Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros.

Não aplicável.

2.6 - Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante a ano financeiro seguinte).

Todas as estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data do relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados.

Poderão existir situações em períodos consolidados subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva.

2.7 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

Não aplicável.

2.8 - Erros materiais de períodos anteriores.

Por último mencionar que decorrente do processo de transferência de competências na área da educação o Município recebeu vários ativos, designadamente imóveis afetos à educação, habitualmente designados de estabelecimentos de ensino; no exercício foi regularizado no Património Municipal o valor atribuído a quatro estabelecimentos escolares, designadamente a Escola Rosa Ramalho, Escola Básica e Secundária da Vale D'Este, Escola Básica de Fragoso e Escola Básica e Secundária de Vila Cova, que originaram os movimentos na conta 56.2 – Regularização de Património, no valor de 4.32 milhões de euros.

Ainda relacionado com o processo de transferências de competências na área da Saúde foram entregues ao município 9 edifícios dos quais se procedeu à regularização no património municipal da Unidade de Saúde de Barcelos e da Unidade de Saúde Familiar da Lama, que originaram os movimentos na conta 56.2 – Regularização de Património, no valor de 704.57mil euros.

Verificou-se também a existência de um ativo designado de “Campo de jogos Quinta do Aparício” que não se encontrava inventariado pelo se procedeu à sua regularização no exercício de 2023, na conta 56.2 – Regularização de Património, no valor de 113.15 mil euros.

As regularizações efetuadas em 2023, não foram reexpressas por não ser praticável.

NOTA - 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem fundamentalmente os dispêndios com softwares e sistemas de informação, bem como projetos de desenvolvimento entre outros, estando reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidades.

A norma dos ativos intangíveis (NCP 3) determina o reconhecimento destes ativos pelo seu custo de aquisição, deduzidas das amortizações acumuladas. As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o estabelecido no Classificador Complementar 2 do PCM, publicado no anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Estes ativos intangíveis no exercício tiveram um aumento de 511.89mil euros, em valor absoluto, destacando-se o valor relativo a programas de computador e sistemas de informação que individualmente adicionou 510.41 mil euros.

Vida útil

Para os ativos intangíveis adquiridos após 01/01/2020, o período de vida útil é definido pelo previsto no CC2. Para os bens anteriores ainda decorre o ajustamento das vidas úteis, pelo que parte dos bens mantém as taxas definidas no CIBE.

Nas fichas de cadastro, existentes, para cada bem reconhecido como ativo intangível, consta a informação atualizada relativa à sua vida útil, valor de aquisição, amortização acumulada, valor líquido, bem como outras informações.

Métodos de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes (ou linha reta).

Durante os dois últimos exercícios findos, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas 2023

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	1 344,47	0,00	0,00	1 344,47
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 392 381,07	1 348 552,11	0,00	43 828,96	1 902 789,29	1 580 308,93	0,00	322 480,36
444 Propriedade industrial e intelectual	4 303,16	740,91	0,00	3 562,25	4 442,72	1 038,78	0,00	3 403,94
446 Outros	1 504 604,41	1 504 604,41	0,00	0,00	1 504 604,41	1 504 604,41	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	1 985 492,31	0,00	0,00	1 985 492,31	1 985 492,31	0,00	0,00	1 985 492,31
TOTAL	4 886 780,95	2 853 897,43	0,00	2 032 883,52	5 398 673,20	3 085 952,12	0,00	2 312 721,08

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas 2022

Rubrica	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 280 289,31	1 255 632,36	0,00	24 656,95	1 392 381,07	1 348 552,11	0,00	43 828,96
444 Propriedade industrial e intelectual	4 174,08	457,00	0,00	3 717,08	4 303,16	740,91	0,00	3 562,25
446 Outros	1 504 604,41	1 504 604,41	0,00	0,00	1 504 604,41	1 504 604,41	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	1 985 492,31	0,00	0,00	1 985 492,31	1 985 492,31	0,00	0,00	1 985 492,31
TOTAL	4 774 560,11	2 760 693,77	0,00	2 013 866,34	4 886 780,95	2 853 897,43	0,00	2 032 883,52

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período 2023

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões Perdas	Amortizações do período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	1 344,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 344,47
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	43 828,96	510 408,22	0,00	0,00	0,00	-231 756,82	0,00	322 480,36
Propriedade industrial e intelectual	3 562,25	139,56	0,00	0,00	0,00	-297,87	0,00	3 403,94
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	1 985 492,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 985 492,31
TOTAL	2 032 883,52	511 892,25	0,00	0,00	0,00	-232 054,69	0,00	2 312 721,08

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período 2022

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões Perdas	Amortizações do período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	24 656,95	112 091,76	0,00	0,00	0,00	-92 919,75	0,00	43 828,96
Propriedade industrial e intelectual	3 717,08	129,08	0,00	0,00	0,00	-283,91	0,00	3 562,25
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	1 985 492,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 985 492,31
TOTAL	2 013 866,34	112 220,84	0,00	0,00	0,00	-93 203,66	0,00	2 032 883,52

Desagregação das adições

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

Quadro 3.2A – Ativos intangíveis – adições 2023

RUBRICAS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação Fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	1 344,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 344,47
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	503 766,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 642,00	510 408,22
Propriedade industrial e intelectual	0,00	139,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139,56
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	505 250,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 642,00	511 892,25

Quadro 3.2A – Ativos intangíveis – adições 2022

RUBRICAS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação Fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico a cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	106 147,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 944,31	112 091,76
Propriedade industrial e intelectual	0,00	129,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129,08
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	106 276,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 944,31	112 220,84

Desagregação das diminuições

No seguinte quadro, encontram-se as diminuições do período:

Quadro 3.2B – Ativos intangíveis – diminuições 2023

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico a cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 3.2B – Ativos intangíveis – diminuições 2022

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico a cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

No quadro seguinte estão identificados os contratos de concessão. De salientar que relativamente aos acordos de concessão não existem pagamentos efetuados aos concessionários. Nos acordos de concessão está previsto o recebimento de rendas, as quais têm sido recebidas relativamente aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e redes de iluminação pública.

Quanto à concessão do contrato de abastecimento de água e saneamento deixou de existir a renda anual prevista no contrato inicial com a aprovação do 3º Aditamento ao contrato, o qual foi objeto de escritura pública, assinada em 16 de novembro de 2023. Esta situação será melhor clarificada na nota relativa às provisões.

Referir que do Acordo relativo ao 3º Aditamento resulta também para o Município o pagamento de uma indemnização no valor de 18.00 milhões de euros bem como a realização de investimentos no valor de 7.00 milhões de euros.

Considerando que não dispomos ainda de informação suficiente relativamente aos contratos em vigor, não foi possível proceder à sua contabilização nos termos previstos na NCP4, no âmbito da qual os ativos são considerados de concessão de serviços.

Todavia referir que a E-Redes – Distribuição elétrica enviou email, em 16.02.2024, no âmbito da circularização, com indicação de valores dos bens da concessão, com a referência de serem provisórios.

Quadro 4.1 Acordos de concessão de serviços

Acordos de Concessão de Serviço	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de concessão
Concessão da distribuição de energia elétrica	• Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este, CRL	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão a diversas freguesias do concelho de Barcelos	20 Anos
	• E- Redes – Distribuição de Eletricidade, S.A.	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão do concelho de Barcelos	20 Anos
Contrato de concessão da exploração e gestão de serviços públicos de abastecimento de água e saneamento do concelho de Barcelos	• AdB – Águas de Barcelos, S.A.	Concessão da exploração e gestão do serviço público de abastecimento de água para consumo e de águas residuais no concelho de Barcelos	50 Anos

NOTA - 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

Excetuam-se desta regra os ativos adquiridos sem contraprestação, os quais foram mensurados conforme o estatuído no parágrafo 19, da NCP 5, do SNC-AP, designadamente:

Imóveis: Valor Patrimonial Tributário (VPT);

Outros ativos: custo do bem recebido, ou na falta deste, o respetivo valor de mercado.

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil que consta no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro, e o CIBE –

Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, Portaria n.º671/2000, de 17 de abril, para os bens móveis adquiridos até 31/12/2019.

Não foi possível no ano 2021, 2022 e 2023, inventariar a totalidade dos bens decorrentes do processo de transferência na área da Educação, não obstante serem tomadas diligências nesse sentido, designadamente um procedimento para a contratação do referido serviço externo.

Das 9 escolas que passaram para o domínio do Município, oito já foram reconhecidas patrimonialmente:

2021

- Escola Básica e Secundária do Vale do Tamel, Lijó;
- Escola Básica de Manhente;

2022

- Escola Básica Gonçalo Nunes;
- Escola Secundária de Barcelinhos

2023

- Escola Básica de Fragoso;
- Escola Básica e Secundária de Vila Cova;
- Escola Básica Rosa Ramalho;
- Escola Básica e Secundária Vale D' Este

Encontra-se por reconhecer a escola:

- Escola Básica Abel Varzim

A transferência de competências na área da Saúde ocorreu em julho de 2023; neste processo foram transferidos para o património municipal diversos ativos tangíveis designadamente, 9 edifícios com os devidos equipamentos e 11 veículos.

Os edifícios estão a ser objeto de inventariação, encontrando-se já reconhecidos os seguintes:

- Unidade de Saúde de Barcelos;
- Unidade de Saúde Familiar da Lama

No conjunto de outros ativos tangíveis destaca-se o aumento verificado no equipamento básico, designadamente com a aquisição de computadores, monitores e webcam para as atividades educativas; para a reestruturação do Datacenter de produção, disaster recovery e serviços de cibersegurança e ainda uma plataforma para o registo de assiduidade.

Os ativos relacionados com o equipamento de transporte tiveram um aumento substancial no exercício, 1.13 milhões de euros, com a aquisição de um sistema de recolha seletiva de Bioresíduos (Grua), uma varredora e uma viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos e outra para os Bioresíduos.

O equipamento administrativo também teve um aumento de ativos a valorizar dada a importância com software de digitalização e diversos computadores, designadamente portáteis.

Em 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida:

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas 2023

RUBRICAS	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	10.005.554,44	0,00	0,00	10.005.554,44	10.260.683,91	0,00	0,00	10.260.683,91
Edifícios e outras construções	10.611.933,86	4.599.510,52	0,00	6.012.423,34	10.744.732,09	4.930.091,75	0,00	5.814.640,34
Infraestruturas	172.933.533,35	142.438.789,42	0,00	30.494.743,93	173.499.752,86	146.266.647,18	0,00	27.233.105,68
Patrimônio histórico, artístico e cultural	897.868,48	12.104,99	0,00	885.763,49	961.978,06	12.996,86	0,00	948.981,20
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	25.726.186,09	0,00	0,00	25.726.186,09	40.889.568,43	0,00	0,00	40.889.568,43
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	66.779.678,78	0,00	0,00	66.779.678,78	67.295.492,85	0,00	0,00	67.295.492,85
Edifícios e outras construções	96.447.423,27	30.540.891,14	0,00	65.906.534,13	101.956.357,55	32.376.005,04	0,00	69.580.352,51
Equipamento básico	13.479.632,31	10.943.265,55	0,00	2.536.366,76	13.937.887,67	11.002.100,88	0,00	2.935.786,79
Equipamento de transporte	6.928.746,02	5.906.804,83	0,00	1.021.941,19	7.976.563,40	6.764.149,89	0,00	1.212.413,51
Equipamento administrativo	4.111.424,95	3.839.028,17	0,00	272.396,78	4.960.646,89	4.026.025,24	0,00	934.621,65
Equipamentos biológicos	750,51	754,54	0,00	15,97	55.527,07	14.437,07	0,00	41.090,00
Outros	2.560.577,51	2.295.200,37	0,00	265.377,14	2.741.586,12	2.386.759,61	0,00	354.826,51
Ativos fixos tangíveis em curso	51.252,39	0,00	0,00	51.252,39	63,01	0,00	0,00	63,01
TOTAL	410.534.563,96	200.576.329,53	0,00	209.958.234,43	435.280.859,91	207.779.213,52	0,00	227.501.626,39

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several initials on the right.

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas 2022

RUBRICAS	Início do período			Final do período		
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terenos e recursos naturais	9 965 419,52	0,00	0,00	10 005 554,44	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	10 599 098,21	4 274 229,81	0,00	10 611 935,86	4 599 510,52	0,00
Infraestruturas	172 834 441,25	138 615 793,15	0,00	172 935 533,35	142 438 789,42	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	841 826,74	12 104,99	0,00	897 868,48	12 104,99	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	16 630 930,65	0,00	0,00	16 630 930,65	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terenos e recursos naturais	66 147 916,57	0,00	0,00	66 779 678,78	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	92 135 746,48	27 586 925,72	0,00	96 447 425,27	30 540 891,14	0,00
Equipamento básico	12 693 834,04	10 535 990,32	0,00	13 479 632,31	10 943 265,55	0,00
Equipamento de transporte	6 535 009,37	5 185 242,64	0,00	6 928 746,02	5 906 804,83	0,00
Equipamento administrativo	4 027 244,16	3 808 334,07	0,00	4 111 424,95	3 839 028,17	0,00
Equipamentos biológicos	750,50	709,94	0,00	750,51	734,54	0,00
Outros	2 506 332,43	2 213 037,23	0,00	2 560 577,51	2 295 200,37	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	740,21	0,00	0,00	51 252,39	0,00	0,00
TOTAL	394 919 290,13	192 232 367,87	0,00	410 534 563,96	200 576 329,53	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	740,21	0,00	0,00	51 252,39	0,00	0,00
TOTAL	394 919 290,13	192 232 367,87	0,00	410 534 563,96	200 576 329,53	0,00

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período 2023

RUBRICAS	Quantia Escriturada inicial	Variações					Quantia Escriturada Final		
		Adições	Tranf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade		Deprec. Período	Diminuições
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural									
Terenos e recursos naturais	10 005 554,44	265 033,99	-9 904,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 260 683,91
Edifícios e outras construções	6 012 423,34	132 798,23	0,00	0,00	0,00	-330 581,23	0,00	0,00	5 814 640,34
Infraestruturas	30 494 743,93	6 740,40	569 942,89	0,00	0,00	-3 827 908,53	-10 413,01	0,00	27 233 105,68
Patrimônio histórico, artístico e cultural	885 763,49	64 109,58	0,00	0,00	0,00	-891,87	0,00	0,00	948 981,20
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	25 726 186,09	16 216 514,22	-1 053 131,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 889 568,43
Ativos fixos em concessão									
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terenos e recursos naturais	66 779 678,78	2 446 714,07	9 904,52	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 940 804,52	67 295 492,85
Edifícios e outras construções	65 906 534,13	5 271 178,57	422 016,43	0,00	0,00	-1 838 336,06	-181 040,56	0,00	69 580 352,51
Equipamento básico	2 536 144,80	1 832 456,46	0,00	0,00	0,00	-863 755,16	-569 132,67	0,00	2 935 713,43
Equipamento de transporte	1 021 941,19	1 130 382,46	0,00	0,00	0,00	-939 910,14	0,00	0,00	1 212 413,51
Equipamento administrativo	272 618,75	1 021 569,81	0,00	0,00	0,00	-351 475,63	-8 017,91	0,00	934 695,02
Equipamentos biológicos	15,96	0,00	54 776,56	0,00	0,00	-13 702,53	0,00	0,00	41 089,99
Outros	265 377,14	206 054,63	6 396,00	0,00	0,00	-116 064,89	-6 936,37	0,00	354 826,51
Ativos fixos tangíveis em curso	51 252,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-51 189,38	0,00	63,01
TOTAL	209 958 234,43	28 593 552,42	0,00	0,00	0,00	-8 282 626,04	-2 767 534,42	0,00	227 501 626,39

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período 2022

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Tranf. Internas	Variações			Perdas por imparidade	Deprec. Período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
				Revalorizações	Reversões perdas					
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Terenos e recursos naturais	9 965 419,52	40 134,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 005 554,44
Edifícios e outras construções	6 324 868,40	12 835,65	0,00	0,00	0,00	0,00	-325 280,71	0,00	0,00	6 012 423,34
Infraestruturas	34 218 648,10	99 176,38	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 823 050,76	-49,79	0,00	30 494 743,93
Patrimônio histórico, artístico e cultural	829 721,75	59 221,48	-3 179,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	885 763,49
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	16 630 930,65	9 095 255,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 726 186,09
Ativos fixos em concessão										
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terenos e recursos naturais	66 147 916,57	1 486 226,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-854 464,47	66 779 678,78
Edifícios e outras construções	64 548 820,76	4 311 678,79	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 953 965,42	0,00	0,00	65 906 534,13
Equipamento básico	2 156 656,93	1 008 463,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-617 317,07	-11 658,83	0,00	2 536 144,80
Equipamento de transporte	1 349 766,73	407 726,55	0,00	0,00	0,00	0,00	-727 158,15	-8 393,94	0,00	1 021 941,19
Equipamento administrativo	220 096,89	182 004,94	3 179,74	0,00	0,00	0,00	-127 404,75	-5 258,07	0,00	272 618,75
Equipamentos biológicos	40,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-24,60	0,00	0,00	15,96
Outros	293 295,20	59 311,17	0,00	0,00	0,00	0,00	-85 495,63	-1 733,60	0,00	265 377,14
Ativos fixos tangíveis em curso	740,21	50 512,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51 252,39
TOTAL	202 686 922,27	16 812 547,95	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 659 677,09	-881 558,70	0,00	209 958 234,43

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

Quadro 5.2a – Ativos fixos tangíveis - adições 2023

RUBRICAS	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou troca	Expropri.	Doação	Doação em pagamento	Locação Fin.	Fusão, cisão, ...	Outras		
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural												
Terrenos e recursos naturais	0,00	31 840,00	0,00	0,00	0,00	233 193,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265 033,99
Edifícios e outras construções	0,00	132 798,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132 798,23
Infraestruturas	0,00	6 740,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 740,40
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	64 109,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64 109,58
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	16 216 514,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 216 514,22
Ativos fixos em concessão												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais	0,00	662 515,50	0,00	1 784 161,94	0,00	36,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 446 714,07
Edifícios e outras construções	0,00	440 368,91	0,00	4 604 191,51	0,00	37 995,40	0,00	0,00	0,00	188 622,75	0,00	5 271 178,57
Equipamento básico	355 822,14	1 475 315,48	0,00	1 318,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 832 456,46
Equipamento de transporte	0,00	1 130 382,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 130 382,46
Equipamento administrativo	0,00	1 021 569,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 021 569,81
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	74 588,10	0,00	131 466,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206 054,63
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	355 822,14	21 256 742,69	0,00	6 521 138,82	0,00	271 226,02	0,00	0,00	0,00	188 622,75	0,00	28 593 552,42

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.]

[Handwritten signature in blue ink.]

Quadro 5.2a – Ativos fixos tangíveis - adições 2022

RUBRICAS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou troca	Expropri.	Doação	Doação em pagamento	Locação Fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terenos e recursos naturais	0,00	12 195,00	0,00	0,00	0,00	2 225,52	0,00	0,00	0,00	25 714,40	40 134,92
Edifícios e outras construções	0,00	12 835,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 835,65
Infraestruturas	0,00	99 134,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,14	99 176,38
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	57 191,88	0,00	0,00	0,00	2 029,60	0,00	0,00	0,00	0,00	59 221,48
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	9 095 255,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 095 255,44
Ativos fixos em concessão											
Terenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terenos e recursos naturais	0,00	353 206,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 133 019,88	1 486 226,68
Edifícios e outras construções	0,00	900 680,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 410 998,42	4 311 678,79
Equipamento básico	740,61	1 004 391,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 331,35	1 008 463,77
Equipamento de transporte	0,00	407 726,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	407 726,55
Equipamento administrativo	0,00	182 004,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182 004,94
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	59 311,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59 311,17
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	50 512,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 512,18
TOTAL	740,61	12 234 446,03	0,00	0,00	0,00	4 255,12	0,00	0,00	0,00	4 573 106,19	16 812 547,95

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the name 'A. S. S. S. S.']

Quadro 5.2b – Ativos fixos tangíveis – Diminuições 2023

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação...	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 413,01	-10 413,01
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-9 904,52	0,00	0,00	0,00	-1 930 900,00	-1 940 804,52
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-181 040,56	-181 040,56
Equipamento básico	-517 596,46	0,00	0,00	0,00	-51 536,21	-569 132,67
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 017,91	-8 017,91
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 936,37	-6 936,37
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	-51 189,38	0,00	0,00	-51 189,38
TOTAL	-527 500,98	0,00	-51 189,38	0,00	-2 188 844,06	-2 767 534,42

Quadro 5.2b – Ativos fixos tangíveis – Diminuições 2022

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação...	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-49,79	-49,79
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-71 464,47	0,00	0,00	0,00	-783 000,00	-854 464,47
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-11 658,83	-11 658,83
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 393,94	-8 393,94
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 258,07	-5 258,07
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	-1 388,67	0,00	0,00	0,00	-344,93	-1 733,60
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	-72 853,14	0,00	0,00	0,00	-808 705,56	-881 558,70

NOTA - 6 – LOCAÇÕES**6.1 – Locações Financeiras**

Não existem locações financeiras.

6.2 – Locações operacionais

Não existem locações operacionais

NOTA - 7 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente, é o seguinte:

- Passivo não Corrente - 1.14 milhões de euros
- Passivo Corrente - 1.72 milhões de euros

O financiamento da entidade consolidante teve um custo no exercício de 155.55 mil euros, sendo 108.96 mil euros da entidade individual e 46.53 mil euros da EMEC.

Designação	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos bancários		
Passivo Corrente	1 718 420,71	1 869 284,14
Passivo não corrente	1 141 340,51	1 747 666,26
TOTAL	2 859 761,22	3 616 950,40

Conta	Município de Barcelos	EMEC, E.M.	Grupo público consolidado
CGD 9015004681191	281 909,29 €	0,00 €	281 909,29 €
CGD 9015005090891	362 704,27 €	0,00 €	362 704,27 €
CGD 9015007594391	304 595,74 €	0,00 €	304 595,74 €
CA 56057797471	816 551,92 €	0,00 €	816 551,92 €
CGD	0,00 €	399 000,00 €	399 000,00 €
BCP	0,00 €	695 000,00 €	695 000,00 €
TOTAL	1 765 761,22 €	1 094 000,00 €	2 859 761,22 €

NOTA - 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As Propriedades de Investimento são mensuradas ao custo. O justo valor foi determinado pelo perito avaliador imobiliário inscrito na CMVM sob o n.º PAI/2016/0006 – Eng.º Vasco Ferreira, Técnico Superior deste Município.

A avaliação não foi efetuada de forma autónoma para as duas rubricas, pelo que se procedeu à repartição do valor considerando o previsto na nota 8 do Classificador Complementar 2, do SNC-AP, ou seja, 25% para terrenos e 75% para edifícios e outras construções, 112.80 mil euros e 338.50 mil euros respetivamente.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro 8 – Propriedades de Investimento: Quantia escriturada e variações do período 2023

RUBRICAS	Quantia Escriturada inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas por imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Propriedades Investimento								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	45 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 100,00
Edifícios e outras construções	150 983,21	0,00	0,00	-1 841,26	0,00	0,00	0,00	149 141,95
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	196 083,21	0,00	0,00	-1 841,26	0,00	0,00	0,00	194 241,95

Propriedades de Investimento: Quantia escriturada e variações do período 2022

RUBRICAS	Quantia Escriturada inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas por imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Propriedades Investimento								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	45 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 100,00
Edifícios e outras construções	152 824,47	0,00	0,00	-1 841,26	0,00	0,00	0,00	150 983,21
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	197 924,47	0,00	0,00	-1 841,26	0,00	0,00	0,00	196 083,21

NOTA - 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Não foram detetados nos ativos perdas por imparidade ao abrigo da NCP9.



NOTA - 10 – INVENTÁRIOS

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2023 – custo médio ponderado.

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 10.1 – Inventários – 2023

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	25 104,60	0,00	25 104,60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	374 620,13	0,00	374 620,13
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	399 724,73	0,00	399 724,73

Inventários – 2022

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	25 124,39	0,00	25 124,39
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	348 836,27	0,00	348 836,27
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	373 960,66	0,00	373 960,66

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do período – 2023

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	25 124,39	36 350,49	31 800,24	0,00	0,00	0,00	4 570,04	0,00	25 104,60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	348 836,27	1 204 035,95	1 177 452,53	0,00	0,00	0,00	4 071,01	3 271,45	374 620,13
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	373 960,66	1 240 386,44	1 209 252,77	0,00	0,00	0,00	8 641,05	3 271,45	399 724,73

Inventários: Movimentos do período – 2022

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	19 971,35	32 439,37	27 485,70	0,00	0,00	0,00	0,00	199,37	25 124,39
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	350 192,51	1 144 058,78	1 137 754,99	0,00	0,00	0,00	10 988,59	3 328,56	348 836,27
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	370 163,86	1 176 498,15	1 165 240,69	0,00	0,00	0,00	10 988,59	3 527,93	373 960,66

NOTA - 13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de Rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido ANO 2023	Rendimento do período reconhecido ANO 2022
Prestações de Serviços	4 797 692,99	4 481 404,70
Resíduos Sólidos	2 165 851,83	2 149 165,67
Transportes Coletivos de pessoas e mercadorias	442 737,22	116 890,32
Trabalhos por conta de particulares	0,00	0,00
Cemitérios	90 514,29	57 984,86
Mercados e feiras	0,00	0,00
Parques de Estacionamento	21 623,03	25 383,72
Serviços Sociais - refeições escolares	1 461 160,00	1 247 316,58
Serviços Culturais	30 556,04	19 529,00
Serviços Desporto	405 630,88	248 455,74
Arrendamento	167 390,14	169 992,48
Renda Concessão serv. fornecimento água	0,00	396 085,34
Outros subcontratos ou concessões	8 402,51	45 018,19
Outros	3 827,05	5 582,80
Venda de bens	39 952,48	30 242,66
Juros	65 881,08	0,47
Alienações	114 321,25	241 409,15
Rendas em propriedades de investimento	8 182,61	8 032,45
Outros	2 993 113,33	2 906 163,91
Dividendos e outros rendimentos similares	37 669,65	0,00
TOTAL	8 056 813,39	7 667 253,34

NOTA - 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação 2023

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos	18 872 349,35				
Derrama	4 000 000,00				
Imposto Municipal Sobre Imóveis	11 000 000,00				
Imposto Único de Circulação	3 872 349,35				
Outros	0,00				
Impostos Indiretos	6 952 362,78				
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	5 922 464,75				
Outros	1 029 898,03				
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 150 104,35		277 010,93	296 604,27	
Taxas	1 052 848,43				
Multas e outras Penalidades	97 255,92				
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	47 233 445,49				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	25 076 531,00				
Fundo Social Municipal	2 681 317,00				
Participação no IRS	4 042 788,00				
Transferência de Competências – Lei n.º 50/2018	11 500 528,80				
Participação do IVA	475 760,13				
Outras	2 148 052,23				
FEDER	13 381,57				
Outras	1 295 086,76				
Reversões	59 180 509,51				
Depreciações e de Amortizações	3 222,16				
Perdas Por Imparidade	38 498,18				
Provisões	59 138 789,17				
Imputação de Subsídios e Transferências para Investimentos	994 875,66				
Outros	1 747 717,01				
TOTAL	136 131 364,15				

Rendimentos sem contraprestação 2022

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos	16 889 154,49				
Derrama	3 000 000,00				
Imposto Municipal Sobre Imóveis	10 350 000,00				
Imposto Único de Circulação	3 539 154,49				
Outros	0,00				
Impostos Indiretos	6 346 756,04				
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	5 164 287,23				
Outros	1 182 468,81				
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 020 472,44		283 247,86	277 010,93	
Taxas	931 720,10				
Multas e outras Penalidades	88 752,34				
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	45 355 852,02				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	24 212 444,00				
Fundo Social Municipal	2 528 346,00				
Participação no IRS	3 508 860,00				
Transferência de Competências – Lei n.º 50/2018	10 010 624,38				
Participação do IVA	327 708,53				
Outras	3 376 455,89				
FEDER	19 815,12				
Outras	1 371 598,10				
Reversões	36 112,33				
Perdas Por Imparidade	36 112,33				
Imputação de Subsídios e Transferências para Investimentos	997 183,08				
Outros	1 851 094,95				
TOTAL	72 496 625,35				

NOTA - 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 – Provisões

A rubrica de processos judiciais em curso espelha o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais. Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Barcelos, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 3.48 milhões de euros, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Durante o exercício de 2023 ocorreram os seguintes movimentos na rubrica provisões:

Quadro 15.1A – Provisões 2023

Provisão	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)	
		Reforços (2)	Aumentos da quantia escriturada (3)	Outros Aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)		Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	62 615 900,70	942 339,20	0,00	0,00	942 339,20	59 656 121,73	425 007,24	0,00	60 081 128,97	3 477 110,93
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Provisões 2022

Provisão	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)	
		Reforços (2)	Aumentos da quantia escriturada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)		Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	62 384 937,19	230 963,51	0,00	0,00	230 963,51	0,00	0,00	0,00	0,00	62 615 900,70
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 15.1B – Descrição das Provisões

Nº de Processo	Entidade	Ação	Valor proposto das ações /Outros	Valor provisão
1723/12.7BEBRG	Alexandre Barbosa Borge, S.A.	Ação Administrativa Comum	1 166 748,74 €	583 374,37 €
2082/12.3BEBRG	Alexandre Barbosa Borge, S.A.	Ação Administrativa	109 539,91 €	54 769,96 €
378/13.6BEBRG	ABB – Alexandre Barbosa Borges	Ação Administrativa Comum	248 075,93 €	124 037,97 €
817/15.1BEBRG	Maria de Fatima Ramires	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	1 958,32 €	979,16 €
344/16.0BEBRG	Avelino dos Santos e Outros	Ação administrativa – resolução de contrato promessa e consequente restituição do prédio objeto da mesma	15 000,00 €	7 500,00 €
3519/15.5BEBRG	Maria de Fátima da Silva Oliveira	Ação administrativa especial de pretensão conexa – anulação de despacho	30 000,01 €	15 000,01 €
598/16.1BEBRG	António Paulo Serra Areal da Silva	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	11 892,48 €	11 892,48 €
789/16.5BEBRG	Fernando Jorge Carvalho Maciel	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	40 800,00 €	20 400,00 €
1932/16.0BEBRG	José Joaquim Pereira Correia e outros	Ação Administrativa Comum peticionando reparação de danos em prédios urbanos	80 000,00 €	40 000,00 €
204/14.7BEBRG	Martins da Cruz & Cruz	Ação administrativa peticionando que seja declarada a reversão de uma parcela de terreno anteriormente cedida ao domínio público	30 000,01 €	15 000,01 €
436/17.8/BEBRG	Maria do Carmo Miranda Eiras Novo de Sousa	Condenação do Município e do Estado Português ao pagamento de uma indemnização	280 122,00 €	140 061,00 €
1023/17.6BEBRG	José Porfirio da Costa Ferreira	Ação Administrativa Comum – Reconhecimento da propriedade e pagamento de indemnização	200 000,00 €	100 000,00 €
1719/18.5BEBRG	Rosa da Piedade Duarte Faria	Ação Administrativa Comum – Reparação de danos solidariamente	30 000,00 €	15 000,00 €
659/18.2BEBRG	Associação Comercial e Industrial de Barcelos	Impugnação - Liquidação de Tributos Fiscais	304 884,42 €	152 442,21 €
2435/18.3T8BCL	Manuel Oliveira Ribeiro	Ação Declarativa Comum de Condenação	45 000,00 €	15 000,00 €
335/19.9BEBRG	Maria Elvira Faria da Silva Rego e Outros	Ação Administrativa de condenação	14 495,75 €	7 247,88 €
2022/19.9BEBRG	ABB – Alexandre Barbosa Borges II - Imobiliária S.A	Ação Declarativa Comum de Condenação	598 719,32 €	299 359,66 €
2107/19.1BEBRG	Agostinho Malheiro Coelho – Construções L.da	Ação Administrativa de Condenação	116 762,79 €	58 023,73 €

Nº de Processo	Entidade	Ação	Valor proposto das ações /Outros	Valor provisão
587/20.1BEBRG	Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A	Ação Administrativa – Responsabilidade Civil	2 079,32 €	1 039,66 €
1006/20.9BEBRG	G Protect – Segurança Privada Unipessoal, L.da	Ação Administrativa – Peticionando a modificação de contrato público	63 364,70 €	31 682,35 €
1397/20.1BEBRG	Júlia da Conceição Silva Soares	Ação Administrativa de responsabilidade civil	30 124,98 €	17 384,74 €
1064/20.6BEBRG	Liberty Seguros	Ação Administrativa de responsabilidade civil	19 679,93 €	9 839,97 €
1685/20.7BEBRG	Jaime Manuel Vilas Boas da Costa	Petição inicial com fundamento na responsabilidade civil	1 888,30 €	944,15 €
1986/20.4BEBRG	Teresa Diana Rodrigues Queirós	Ação Administrativa – peticionando o pagamento de indemnização por danos sofridos em consequência de uma suposta queda	97 809,51 €	48 904,76 €
1002/19.9BEBRG	STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional	Ação administrativa de condenação à prática do ato devido	30 000,01 €	15 000,01 €
1527/18.3BEBRG	Carlos Manuel Alves Tavares	Peticiona a reintegração num departamento da CMB	80 000,00 €	40 000,00 €
2626/17.7BEBRG	STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional	Ação Administrativa de condenação	30 000,01 €	30 000,01 €
1472/21.5BEBRG	Ana Fernanda Pontes Lopes	Lide Administrativa, por via da qual a autora Impugnou o ato administrativo	22 597,13 €	11 298,57 €
2097/21.0BEBRG	Maria Goreti Silva Miranda	Ação relativa a danos patrimoniais e não patrimoniais	21 142,92 €	10 571,46 €
1570/21.5BEBRG	Mário Manuel de Miranda Furtado Campos Cunha e Margarida Maria Carvalho Dias Costa Correia Campos Cunha	Declaração de ilegalidade do ato administrativo	30 000,01 €	15 000,01 €
5264/21.3T8VNF	Bruno César de Oliveira Xavier e Maria Paula Barreto Miranda	Para o recebimento da quantia respeitante às obras que pretendem sejam realizadas por terceiros	79 950,00 €	39 975,00 €
23/22.9BEBRG	João Manuel Miranda Andrade	Responsabilidade civil Extracontratual	9 688,24 €	4 844,12 €
192/22.8BEBRG	Bruno Alberto Ferreira Lomba	Declaração de invalidade de ato de cessação da comissão de serviço de cargo de chefe de Divisão de Contratação Pública	30 000,01 €	15 000,01 €
223/22.1BEBRG	Rosa Oliveira Reis	Responsabilidade civil Extracontratual	59 709,00 €	29 854,50 €
322/22.0BEBRG	Juliana Fernandes Gomes	Responsabilidade civil Extracontratual	28 572,45 €	14 286,23 €
396/22.3BEBRG	Maribel Duarte Ferreira	Trabalhadora do Agrupamento- Declaração de invalidade do ato administrativo que indeferiu o pedido de gozo de 67 dias de férias	30 000,01 €	15 000,01 €
659/22.8BEBRG	José Porfirio da Costa Ferreira e Maria Rodrigues da Costa Ferreira	Condenação do Município no pagamento de indemnizações por erro na elaboração do PDM ao não considerar como área de indústria existente	651 500,00 €	651 500,00 €

Nº de Processo	Entidade	Ação	Valor proposto das ações /Outros	Valor provisão
1214/22.8BEBRG	Faria da Costa - Peúgas e confeções, Lda	Ação administrativa de condenação à prática do ato administrativo devido	50 000,01 €	25 000,01 €
772/21.9BEBRG	Lucilia Arlete Maciel Ferraz e David José Macedo Falcão	Impugnação de ato administrativo, com vista à anulação do ato administrativo	44 816,31 €	22 408,16 €
838/22.8BEALM	Associação de Oficiais das Forças Armadas	Avaliação do SIADAP Art. 22º LOE2021, Reconhecimento de situações Jurídicas Subjetivas	30 000,01 €	30 000,01 €
2418/22,9BEBRG	ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Pede valores que falta pagar relativamente a 28 empreitadas	1 153 776,08 €	576 888,04 €
480/23.6BEBRG	Maria de Lurdes Ferreira Betencourt	Responsabilidade civil Extracontratual - Obra Ciclovia ABB	30 383,20 €	15 191,60 €
1998/23.6BEBRG	INCANTU'S CAFÉ, LDA	Impugnação de despacho 21,06,2023, Vereador Dr. Carlos Reis que determinou a restrição do horário de funcionamento	16 000,00 €	16 000,00 €
2127/23.1BEBRG	Maria Adelina de Araújo Machado Macedo	Responsabilidade Civil Extracontratual	234 880,00 €	117 440,00 €
2161/23.1BEBRG	Nélia Isabel de Bessa Cruz Guimarães	Responsabilidade Civil Extracontratual	23 938,38 €	11 969,19 €
TOTAL			6 225 900,20 €	3 477 110,99 €

15.2 – Passivos Contingentes

Um passivo contingente deve ser apenas divulgado, pela natureza do seu passivo contingente e as quantias associadas aos mesmos, por se considerar o baixo grau de probabilidade de gerar exfluxos. Da análise efetuada, à listagem dos processos judiciais, remetidos pelos advogados que prestam patrocínio judicial ao Município, divulgam-se os processos judiciais para os quais não foram constituídas provisões, por se considerar o baixo grau de probabilidade de perda, sendo os mesmos periodicamente reavaliados.

Resumo dos processos que justificaram a criação ou ajustamento das provisões:

Quadro 15.2 – Descrição dos Passivos Contingentes

Nº de Processo	Entidade	Ação	Valor proposto das ações/outras
520/22.6BEBRG	Pedro Manuel de Sousa Rodrigues	Intimação para homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal	30 000,01 €
1004/22.8BEBRG	Pedro Manuel de Sousa Rodrigues	Ação Administrativa de condenação à prática do ato administrativo devido	3 000,01 €
1082/22.0BEBRG	Teresa Salgueira Paula	Peticiona a condenação dos réus para a remoção de abrigo	30 000,01 €
1106/22.0bebrg	Vanessa Patrícia da Guia Roboredo, Ana Rita Gomes da Silva, Elsa Joana Carvalho Coutinho e Marta Alexandra Carvalho Coutinho	Impugnação de ato administrativo	30 000,01 €
786/11.7BEBRG	Alexandre Barbosa Borges, S.A	Ação administrativa comum – peticionando o pagamento relativo a revisão de preços de diversas empreitadas	337 275,30 €
1306/12.1BEBRG	ANORTE – Construção e Engenharia, Lda	Ação administrativa comum - Trabalhos realizados e não pagos no âmbito de um contrato de empreitada	149 845,24 €
1888/18.4BEBRG	Manuel Correia Martins e outros	Ação administrativa especial de impugnação de ato administrativo	30 000,01 €
1064/18.6BEBRG	Jorge Manuel Barbosa Dantas	CEI+	10 322,00 €
442/21.8BEPRT	ZENITHSLICE - Lda	Ação administrativa - peticiona a exclusão da proposta graduada em primeiro lugar no concurso público	206 853,77 €
2277/21.9BEPRT	VADECA - Facility Services, SA	Injunção – pelo não cumprimento de um contrato de fornecimento de bens ou serviços	613,06 €
1489/21.0BEBRG	Alpendre dos Sorridos, L.da	Ação "de nulidade" – com vista a declaração de nulidade do processo de toponímia	20 000,00 €
296/23.0BEBRG	Judite Manuela Almeida de Sousa	Responsabilidade Civil Extracontratual- Contedor de Lixo	12 040,02 €
585/23.3BEBRG	Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão & Associados - Soc. Adv. SP.RL	Juízo de Contratos Públicos do TAF Porto	39 936,15 €
1500/23.0T8BCL	Manuel Aparício Correia Gonçalves	Ação Popular	8 000,00 €
TOTAL			907 885,59 €

Dado o elevado impacto provocado pelo processo relativo à AdB – Águas de Barcelos S.A. impõe-se proceder à divulgação mais pormenorizada, nos seguintes termos:

Como todos bem conhecemos a condenação do Município sobre a concessão das redes públicas de Água e Saneamento, tem trazido uma insegurança constante para a gestão Municipal e a ser levada por diante, significaria a sua total ingovernabilidade agravada em cada ano desde a sentença proferida, em 2012 através de um Tribunal Arbitral, e cuja dívida apurada até à presente data seria de cerca de 214 milhões de euros.

E por ter sido um compromisso assumido pelo atual executivo com total prioridade desde a sua tomada de posse, em outubro de 2021, escrevemos aquando da elaboração do orçamento municipal para o ano de 2023, o seguinte:

“Sem se pretender dar uma explicação definitiva do pedido de reequilíbrio económico e Financeiro sobre o contrato de concessão das redes públicas de Água e Saneamento, e posterior condenação do Município por um Tribunal Arbitral, com sentença transitada em julgado, é muito importante dar uma nota motivadora para se poder perspetivar, num curto prazo, uma solução definitiva, particularmente vantajosa para as partes envolvidas. Pode acontecer que, aquando da discussão e votação destes documentos previsionais de gestão para o ano de 2023, o acordo já tenha sido alcançado.”

“De qualquer forma, é objetivo deste executivo e dos Acionistas da AdB, fecharem um acordo final até ao limite máximo do primeiro trimestre de 2023. Acordo final, que significa o pagamento da indemnização à concessionária, e revisão contratual, com garantias sólidas e vantajosas para o Município e para a sustentabilidade sólida para a concessionária até final do contrato da concessão pelo período a fixar.”

Ora, e sem se prescindir de uma análise mais detalhada sobre este assunto no ponto mais apropriado deste Relatório de Prestações de Contas, mais concretamente no Quadro demonstrativo “Responsabilidades Contingentes – Provisões”, atendendo ao impacto que este processo tem tido neste capítulo das Provisões com consequências financeiras e patrimoniais de Município.

Por isso, aprez-nos dizer que ao passarmos de uma situação sentenciada judicialmente e vencida, e de uma ação executiva pendente no TAF de Braga, obrigou o Município a registar uma Provisão de 59 milhões de euros com implicações negativas para todo o processo contabilístico, mas que agora podemos dizer e inscrever como nota altamente positiva, que esta situação foi, entretanto, extinta, porque:

1. O acordo de princípio alcançado entre o Município de Barcelos e a Águas de Barcelos, SA foi aprovado em reunião de Câmara, em 17/02/2023 e na sessão da Assembleia Municipal de 28/02/23;
2. O acordo final alcançado pelo Município de Barcelos e a Águas de Barcelos, SA, foi aprovado em reunião de Câmara, em 22/09/23 e na sessão da Assembleia Municipal em, 28/09/23;
3. E pelas deliberações do Conselho de Administração da Águas de Barcelos, SA, em 08/02/2023 e 28/09/2023;
4. Para dar eficácia às deliberações dos órgãos autárquicos e da Águas de Barcelos, SA, em 16/11/2023, foi outorgada escritura pública perante o Notário Paulo Manuel da Silva Costa com Cartório Notarial em Barcelos.

De realçar que, não obstante o acordo alcançado entre as partes, esta alteração à terceira adenda ao dito contrato de concessão carecia de concessão de Visto Prévio do Tribunal de Contas e Homologação de Sentença por Transação pelo TAF de Braga, e, nesses termos;

5. Em face do pedido de Fiscalização prévia de Visto ao Tribunal de Contas, o mesmo foi concedido em sessão diária de Visto, em sessão diária de 21/12/2023;

6. De igual modo, o Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Braga proferiu Sentença de Homologação da Transação, em 05/01/2024, com a correspondente extinção da ação pendente para execução e, por tal motivo, a extinção de todo o processo condenatório pendente sobre o Município de Barcelos desde 2012.

Muito resumidamente, a terceira Alteração ao Contrato de Concessão e de acordo com a sentença Homologatória do TAF determina:

- a. Prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais 20 anos;
- b. Revisão do Tarifário;
- c. Revisão do Plano de Investimentos a cargo da Exequente;

- d. Revisão do Plano de Investimentos a cargo do Executado;
- e. Eliminação da obrigação de pagamento de retribuição ao Executado;
- f. Alteração dos termos do exercício do direito de resgate;
- g. Pagamento de compensação financeira à Exequente.
- h. A compensação financeira com vista à reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão corresponde ao montante total e global de € 18.00 milhões de euros.

15.3 – Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes no período de 2023 em que se torna praticamente certo de que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade.

NOTA - 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Na sequência do Acordo estabelecido com a Empresa águas de Barcelos, S.A. aprovado em reunião do órgão executivo de 22.09.2023 e em Assembleia Municipal de 28.09.2023 foi contratado um empréstimo de Médio e Longo Prazo, até ao limite de 25.00 milhões de euros, para liquidação do valor de 18.00 milhões de euros a título de indemnização e 7.00 milhões de euros para realização do investimento.

O referido empréstimo obteve o visto do Tribunal de Contas em 21.12.2023.

Tendo em consideração a homologação da transação pelo TAF, em 05.01.2024 relativa ao litígio que pendia sobre o Município e as Águas de Barcelos, S.A. foi estabelecido o prazo de 3 meses para o pagamento dos 18.00 milhões de euros, pelo que nesta data já se procedeu à utilização da primeira tranche para o pagamento da indemnização, o qual já se encontra pago no corrente mês de abril.

NOTA - 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 – Ativo

Quadro 18.1A – Imparidade de Ativos geradores de caixa 2023

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de uso
Cientes, contribuintes e utentes	AGC	2 338 541,03	2 083 410,25	255 130,78	0,00	0,00
Outros Devedores	AGC	755 000,18	755 000,18	0,00	0,00	0,00
Participações Financeiras	AGC	3 702 115,51	0,00	3 702 115,51	0,00	0,00

Imparidade de Ativos geradores de caixa 2022

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de uso
Cientes, contribuintes e utentes	AGC	2 808 027,43	2 017 211,76	790 815,67	0,00	0,00
Outros Devedores	AGC	4 991 731,43	4 991 731,43	0,00	0,00	0,00
Participações Financeiras	AGC	3 726 615,51	24 500,00	3 702 115,51	0,00	0,00

Está reconhecido um Ativo de 755.00 mil euros relativo à remuneração nos termos do contrato de gestão com a ex-Águas do Noroeste a que o Município terá direito.

Referir que a situação em que o Município se encontrava face à Águas de Barcelos, S.A., até à assinatura do 3º aditamento ao contrato justificaram o reconhecimento da imparidade no valor de 4.25 milhões de euros, relativamente às rendas de concessão devidas.

Considerando as alterações efetuadas ao contrato de concessão deixou de existir essa obrigação pelo que foi revertida a situação.

Quadro 18.1B – Decomposição de saldos de Clientes, contribuintes e utentes

Ativo	2023	2022
Cientes	442,98	1 055,53
Contribuintes	1 249,73	1 696,44
Utentes	253 438,07	788 063,70
Cientes, Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2 083 410,25	2 017 211,76
TOTAL	2 338 541,03	2 808 027,43

Quadro 18.1C – Decomposição de saldos de Outras contas a receber

Ativo	2023	2022
Impostos e taxas imputadas ao período	16 196 874,02	14 082 055,41
Outros acréscimos de rendimentos	2 232 217,47	2 029 367,76
Outros Devedores	343,64	661,54
Total	18 429 435,13	16 112 084,71

18.2 – Património líquido

**Quadro 18.2 – Movimentos ocorridos nas contas da classe 5
"Património, Reservas e Resultados transitados" – 2023**

Designação da conta	Notas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51.1 - Balanço inicial		23 264 742,22	0,00	0,00	23 264 742,22
51.2 - Retificações ao balanço inicial		-75 997,60	0,00	0,00	-75 997,60
55.1 - Reservas legais	1	10 664 484,06	61 742,80	0,00	10 726 226,86
55.2.1 - Reservas livres		0,00	0,00	0,00	0,00
56.1 - Resultados transitados de períodos anteriores	1	96 903 806,88	973 870,41	0,00	97 877 677,29
56.2 - Regularizações	4	6 267 337,54	6 893 339,29	0,00	13 160 676,83
56.4 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP		12 516 930,91	0,00	0,00	12 516 930,91
59.3 - Transferências e subsídios de capital	2	39 813 615,57	8 918 722,51	994 875,66	47 737 462,42
59.4 - Doações obtidas	3	454 058,31	271 226,02	233 193,99	492 090,34
59.7 - Transferência de ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		189 808 977,70	17 118 901,03	1 228 069,65	205 699 809,27

1. Aplicação do resultado líquido do período anterior no valor de 973.870,41 €; sendo 61.742,80€, relativo a 5% para reservas legais e o remanescente para Resultados Transitados;
2. Os aumentos correspondem aos valores da receita de capital de subsídios ao investimento e as diminuições correspondem à importação dos subsídios ao investimento, a Rendimentos;
3. Corresponde às doações efetuadas ao domínio público;
4. Reflete as regularizações de estabelecimentos escolares e unidades de saúde, descrito na NOTA 2.8, na sua maioria.

**Quadro 18.2 – Movimentos ocorridos nas contas da classe 5"
Património, Reservas e Resultados transitados" – 2022**

Designação da conta	Notas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51.1 - Balanço inicial		23 264 742,22	0,00	0,00	23 264 742,22
51.2 - Retificações ao balanço inicial		-75 997,60	0,00	0,00	-75 997,60
55.1 - Reservas legais	1	10 408 743,29	255 740,77	0,00	10 664 484,06
55.2.1 - Reservas livres		0,00	0,00	0,00	0,00
56.1 - Resultados transitados de períodos anteriores	1	92 179 880,87	4 979 666,59	255 740,77	96 903 806,69
56.2 - Regularizações	2	1 516 578,02	4 750 759,52	0,00	6 267 337,54
56.4 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP		12 516 930,91	0,00	0,00	12 516 930,91
59.3 - Transferências e subsídios de capital	3	34 703 745,23	6 107 053,42	997 183,08	39 813 615,57
59.4 - Doações obtidas	4	449 803,19	4 255,12	0,00	454 058,31
59.7 - Transferência de ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		174 964 426,13	16 097 475,42	1 252 923,85	189 808 977,70

1. Aplicação do resultado líquido do período anterior no valor de 4.979.666,59 €; sendo 255.740,77€, relativo a 5% para Reservas Legais e o remanescente para Resultados Transitados;
2. Regularizações estabelecimentos escolares, descritos na NOTA 2.8.
3. Os aumentos correspondem aos valores de receita de capital de Subsídios ao Investimento e as diminuições correspondem à imputação dos subsídios ao investimento a rendimentos;
4. Corresponde às doações efetuadas ao domínio público;

18.3 – Passivo

Quadro 18.3A-Decomposição dos saldos das contas de Financiamentos obtidos

Descrição	2023	2022
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo - Superior a 5 anos	32 859,78	175 757,15
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo - Igual ou inferior a 5 anos	2 826 901,44	3 441 193,25
TOTAL	2 859 761,22	3 616 950,40

Mencionar que o Município prestou **garantias a terceiros** com as seguintes finalidades:

Caixa Geral de Depósitos 29.85 mil euros – Construção de um nó de ligação ao IPCA pela EN 204 (CIRCULAR DE Barcelos) em Vila Frescainha São Martinho

Millenium BCP 14.57 mil euros - Ampliação/Construção da passagem superior da linha do Minho, na Rua da Igreja -Aborim

Caixa Económica Montepio Geral 2.16 mil euros - Construção de passeios entre a rotunda do professor e o Estádio Municipal, Vila Boa

Quadro 18.3B-Decomposição dos saldos das contas de Fornecedores

Descrição	2023	2022
Fornecedores C/C	3 681 252,18	3 052 269,39
Fornecedores de investimentos	1 436 221,48	1 634 761,61
TOTAL	5 117 473,66	4 687 031,00

Quadro 18.3C-Decomposição dos saldos das Outras contas a pagar

Descrição	2023	2022
Credores por acréscimos de gastos (Remunerações, energia, água, seguros, outros)	6 079 306,02	4 942 846,27
Outros credores (Freguesias, FAM, Outras Entidades)	18 375 562,12	212 743,76
Cauções (Empreitadas) curto prazo	1 239 490,69	1 058 408,90
Cauções (Empreitadas) médio longo prazo	998 789,44	853 655,67
TOTAL	26 693 148,27	7 067 654,60

NOTA - 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A entidade atribui os seguintes benefícios de curto prazo aos seus empregados: salários, contribuições para a segurança social, CGA, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ajudas de custo, despesas de representação, trabalho extraordinário e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 1 de janeiro de cada ano.

O Município de Barcelos não tem qualquer responsabilidade futura sobre fundos ou pensões.

O número de trabalhadores do grupo, a 31 de dezembro de 2023, era de 1 548 e em 2022 era de 1 429.

O seguinte quadro representa os gastos com pessoal:

Quadro 19.1 – Gastos com pessoal

Designação	2023	2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	896 087,28	813 574,12
Remunerações do pessoal	23 212 979,89	19 692 234,08
Benefícios Pós-emprego	17 760,10	19 193,54
Indemnizações	52 323,96	143 783,63
Encargos sobre remunerações	5 420 666,71	4 613 888,99
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	199 166,07	205 734,81
Outros gastos com o pessoal	881 151,06	677 347,43
Outros encargos sociais	731 250,10	582 783,46
TOTAL	31 411 385,17	26 748 540,06

NOTA - 20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Nos quadros seguintes apresenta-se o grau de controlo exercido pelo Município de Barcelos sobre a sua participada e as transações entre partes relacionadas.

Quadro 20.1 – Listagem das entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	Empresa Municipal	Rua da Feiteira, n.º 10, Apartado 5002 4750-001 Abade de Neiva	250 000,00	250 000,00	100,00%		100,00%

Quadro 20.2 – Transações e saldos entre partes relacionadas 2023

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período (b)	Termos e condições
		Tipo	Quantia (a)	% no total das transações		
Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	Entidade Controlada	Atribuição de subsídio à exploração e cobertura de prejuízos	1 550 568,02		0,00	
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	26 070,00		2 508,00	
		Acréscimo cobertura de prejuízos de 2023	52 638,47		0,00	
		Outros	53,04		6,63	

Quadro 20.2 – Transações e saldos entre partes relacionadas 2022

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período (b)	Termos e condições
		Tipo	Quantia (a)	% no total das transações		
Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	Entidade Controlada	Atribuição de subsídio à exploração e cobertura de prejuízos	1 006 090,59		0,00	
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	20 645,00		0,00	
		ERASMUS (Operações de Tesouraria)	62 090,31		0,00	
		Outros	53,04		6,63	

Quadro 20.3 – Pessoas chave da gestão do Município de Barcelos (Un.: Euros)

Nome	Órgão/Cargo	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes	Presidente da Câmara	68 710,20	01/01/2023 a 31/12/2023, com exceção da ausência à reunião de câmara: 10/07/2023, 16/10/2023	Rua da Fábrica, nº 1, 4740-141 Apúlia
Domingos Ribeiro Pereira	Vereador em regime de tempo inteiro	18 892,96	01/01/2023 a 30/04/2023, com exceção da ausência à reunião de câmara: 03/04/2023, 17/04/2023, 24/04/2023, 28/04/2023 Pede suspensão do mandato autárquico com início a 01/05/2023	Travessa D. Diogo Pinheiro, nº 22, cx 201; 4750-282 Barcelos
Mariana Teixeira Batista Carvalho	Vereador em regime de tempo inteiro	51 337,71	01/01/2023 a 31/12/2023	Rua 29 de Junho, nº 235; 4750-847 Vila Frescainha S. Pedro
Maria Elisa Azevedo Leite Braga	Vereador em regime de tempo inteiro	51 445,68	01/01/2023 a 31/12/2023, com exceção da ausência à reunião de câmara: 06/02/2023, 10/07/2023, 17/11/2023	Rua Frei Pedro Poiares 63F, Ap 35; 4750-326 Barcelos
António Jorge da Silva Ribeiro	Vereador em regime de tempo inteiro	51 672,75	01/01/2023 a 31/12/2023, com exceção da ausência à reunião de câmara: 23/01/2023, 20/02/2023, 17/04/2023, 02/10/2023, 16/10/2023	Praceta Dulce de Montalvo, Bloco 1, 3º Direito Triás; 4750-283 Barcelos
José Paulo Maia Matias	Vereador em regime de tempo inteiro	32 477,45	15/05/2023 a 31/12/2023, com exceção da ausência à reunião de câmara: 10/07/2023, 31/07/2023	Rua Padre Olavo Teixeira Martins, nº113, 4750-397 Carapeços
Carlos Eduardo Vasconcelos Fernandes Ribeiro dos Reis	Vereador regime não permanência	0,00	01/01/2023 a 31/12/2023, com exceção da ausência à reunião de câmara: 17/04/2023, 08/05/2023, 12/06/2023, 06/07/2023, 30/10/2023, 13/11/2023, 30/11/2023, 11/12/2023	Ruas das Areias, nº 26, 3º dt; 4455-596 Perafita
Maria Armandina Félix Vila-Chá Saleiro	Vereador regime não permanência	0,00	01/01/2023 a 31/12/2023, com exceção da ausência à reunião de câmara:	Rua 25 de Julho, nº30; 4905-019 Aldreu BCL
Anabela Pimenta de Lima Deus Real	Vereador regime não permanência	0,00	01/01/2023 a 31/12/2023, com exceção da ausência à reunião de câmara: 17/02/2023, 17/04/2023, 28/04/2023, 29/05/2023, 12/06/2023, 26/06/2023, 06/07/2023, 04/09/2023, 30/10/2023, 30/11/2023, 11/12/2023, 18/12/2023	Travessa D. Diogo Pinheiro, nº 22, Apt. 203, 2º andar; 4750-282 Barcelos
Maria Isabel Neves de Oliveira	Vereador regime não permanência	0,00	01/01/2023 a 31/12/2023, com exceção da ausência à reunião de câmara: 17/02/2023, 20/02/2023, 20/03/2023, 24/04/2023, 28/04/2023, 15/05/2023, 29/05/2023, 26/06/2023, 06/07/2023, 10/07/2023, 04/09/2023, 18/09/2023, 30/10/2023, 17/11/2023, 30/11/2023, 11/12/2023, 18/12/2023	Rua de Santa Eulália, nº 977; 4775-205 Negreiros
Hoiácio Rodrigues de Oliveira Barra	Vereador regime não permanência	0,00	01/01/2023 a 31/12/2023, com exceção da ausência à reunião de câmara: 26/06/2023, 06/07/2023, 10/07/2023, 31/07/2023	Rua Fernando Magalhães, Edif. Barrocas, nº 68, 1º; 4750-290 Barcelos

Consolidação de Contas | 2023

Município de Barcelos

74/79

Nome	Órgão/Cargo	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
Alexandre Miguel Gonçalves Maciel	Vereador regime não permanente	0,00	01/01/2023 a 31/12/2023, com exceção da ausência à reunião de câmara: 15/05/2023, 26/06/2023, 18/09/2023, 11/12/2023	Rua Frei Pedro Poiares- Edifício Fersil 2, nº63-F, Andar 4º-41; 4750-326 Barcelos
Luis Alberto Faria Gonçalves Machado	Vereador regime não permanente	0,00	Participação nas reuniões de câmara em substituição da Vereadora Anabela Pimenta de Lima Deus Reali: 17/04/2023, 12/06/2023, 11/12/2023, 18/12/2023 Participação nas reuniões de câmara em substituição do Vereador Horácio Rodrigues de Oliveira Barra: 26/06/2023, 06/07/2023, 10/07/2023	Lugar dos Penedos, nº 55; 4755-063 Barcelinhos
Ilda Maria Fonseca Trilho Silva	Vereador regime não permanente	0,00	Participação nas reuniões de câmara em substituição da Vereadora Maria Isabel Neves de Oliveira: 20/03/2023, 28/04/2023, 15/05/2023, 29/05/2023, 04/09/2023, 18/09/2023, 30/10/2023, 17/11/2023, 30/11/2023 Participação nas reuniões de câmara em substituição da Vereadora Anabela Pimenta de Lima Deus Reali: 28/04/2023, 29/05/2023, 30/10/2023, 30/11/2023	Rua Tomé de Sousa nº 138, 6º andar; 4750-217 Arcozelo BCL
Odete Sofia da Silva Lomba de Araújo	Vereador em regime de tempo inteiro Vereador regime não permanente	0,00	Participação na reunião de câmara em substituição do Vereador Domingos Ribeiro Pereira: 03/04/2023, 24/04/2023, 28/04/2023 Pede suspensão do mandato autárquico: a 01/05/2023 por 90 dias; a 15/08/2023 por 90 dias; a 11/11/2023 por 90 dias	Rua Nossa Senhora do Rosário, nº965; 4755-582 Vilar de Figos
Filipe Emanuel Ramires Pinheiro	Vereador em regime de tempo inteiro	0,00	Participação na reunião de câmara em substituição do Vereador António Jorge da Silva Ribeiro: 20/02/2023, 17/04/2023	Avenida Divino S. Salvador nº705; 4750-413 Campo

Consolidação de Contas | 2023

Município de Barcelos

75/79

Nome	Órgão/Cargo	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
------	-------------	------------------------------	-----------------------------	--------

Hélder Duarte Grácio Tomé
Vereador regime não permanente
0,00
Participação na reunião de câmara em substituição da Vereadora Anabela Pimenta de Lima Deus
Real: 17/02/2023, 06/07/2023
Rua João de Carapeços, nº 945, 4750-380 Carapeços

Participação na reunião de câmara em substituição do Vereador Domingos Ribeiro Pereira:
17/04/2023

Vereador em regime de tempo inteiro
28 214,16
Participação na reunião de câmara em substituição do Vereador José Paulo Maia Matias: 10/07/2023,
31/07/2023

Nuno Evandro Serra Oliveira
Vereador regime não permanente
0,00
Participação na reunião de câmara em substituição do Vereador António Jorge da Silva Ribeiro:
16/10/2023
Travessa 25 de Abril, nº85, Apt. 51- 4740-398 Fão

Vereador regime não permanente
Participação na reunião de câmara em substituição do Vereador Carlos Eduardo Vasconcelos
Fernandes Ribeiro dos Reis: 13/11/2023, 30/11/2023, 11/12/2023

Vereador regime não permanente
0,00
Participação na reunião de câmara em substituição da Vereadora Anabela Pimenta de Lima Deus
Real: 26/06/2023

Catarina Marina Faria Duarte
Vereador em regime de tempo inteiro
0,00
Participação na reunião de câmara em substituição da Vereadora Maria Elisa Azevedo Leite Braga:
10/07/2023
Rua dos Caminheiros de Santiago, nº 748, 4750-064 Lijó

Patrick Silva de Sousa
Vereador regime não permanente
0,00
Participação na reunião de câmara em substituição da Vereadora Anabela Pimenta de Lima Deus
Real: 04/09/2023
Rua dos Bessas, nº 425, 4750-360 Aborim

José Manuel Carvalho Lopes
Vereador em regime de tempo inteiro
0,00
Participação na reunião de câmara em substituição do Vereador António Jorge da Silva Ribeiro:
02/10/2023
Urbanização Quinta da Cal, Rua S.João de Deus, Lote 78,
4750-787 Vila Boa

Empresa Municipal de Educação e Cultura Barcelos

Nome	Cargo	Data
		(Início - Fim)
Jorge Manuel Oliveira da Cruz	Presidente	01-01-2023 a 31-12-2023
Francisco Félix Araújo Pereira	Vogal	01-01-2023 a 31-12-2023
Sara Cristina Rebelo Magalhães	Vogal	01-01-2023 a 31-12-2023

NOTA - 22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Quadro 22 – Interesses em outras entidades

Designação da Entidade	N.I.P.C.	% Interesses	
		Propriedade Detidos	Direitos de Voto
Águas do Norte, S.A	509436595	1,44%	
Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este	500960577	1,67%	
Município, EM, S.A.	504635417	0,17%	
Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	504475606	17,70%	
Fundo de Apoio Municipal	503694398	0,41%	
Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano	513319182	1)	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	1)	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503990698	1)	
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	1)	
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado)	508779472	1)	
Fundação de Serralves	502266643	1)	
Turismo do Porto e Norte de Portugal	508905435	1)	
RECEVIN - Rede Europeia das Cidades do Vinho	Q1300281A	1)	
CIAB - Centro de Informação e Arbitragem de Braga	505214504	1)	
Associação Internacional de Cidades Educadoras	G1045605	1)	
Confraria do Vinho Verde	502228644	1)	
Associação Educacional, Social e Recreativa de Form Perm. Barcelos Sénior	510310729	1)	
ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem Cávado e Ave	503408077	1)	
Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (AptCC)	514874201	1)	
Associação Nacional de Assembleias Municipais	513864202	1)	
Académie International de La Ceramique			
Associação CIOFF - Portugal	509731236	1)	

1. Relativamente a estas entidades o Município contribui em termos gerais com uma quota anual ou nas despesas de funcionamento nos termos dos orçamentos aprovados.

No relacionamento com as entidades em que o Município participa e se faz representar, acontece pontualmente de serem apresentadas candidaturas a financiamento externo, designadamente comunitário, que beneficia especificamente um ou um grupo de Municípios, situação em que são chamados a contribuir com a parte relativa à contrapartida nacional.

NOTA - 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1 Decomposição de Fornecimento e serviços externos

Quadro 23.1 – Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Designação	2023	2022
Serviços de saúde	41 098,04	34 696,70
Tratamento de RSU's	2 131 444,48	1 302 833,75
TGR - Taxa de Gestão de Resíduos	0,00	0,00
Iluminação Pública	2 084 454,94	2 244 913,97
Trabalhos especializados	2 106 397,30	2 022 692,38
Publicidade, comunicações e imagem	656 239,89	568 791,30
Vigilância e segurança	989 818,23	725 676,73
Honorários	218 877,57	211 983,13
Comissões	607 074,38	563 421,41
Conservação e reparação	266 157,02	295 732,52
Materiais de Consumo	922 936,17	401 946,41
Energia e fluidos	2 626 591,02	2 704 338,64
Deslocações e estadas	189 077,56	112 670,35
Transportes de pessoal e mercadorias	4 092 706,16	41 803,55
Transporte escolar	437 450,59	1 788 295,68
Rendas e alugueres	909 069,45	753 127,88
Comunicação	221 345,50	186 180,87
Seguros	208 653,73	238 251,42
Limpeza, higiene e conforto	257 558,05	208 740,62
Serviços desportivos	0,00	0,00
Refeições Escolares	4 425 451,97	3 219 770,52
Outros	2 564 527,88	1 932 425,25
TOTAL	25 956 929,93	19 558 293,08

23.2 Decomposição de transferências e subsídios concedidos

Transferências e Subsídios Concedidos	2023	2022
Transferências correntes concedidas	10 395 356,45	8 901 335,09
Associações de Municípios	87 469,77	139 672,00
Freguesias	4 305 640,29	4 030 522,57
Empresas Locais	0,00	0,00
Associações eorg. Desportivas, recreativas e lazer	1 307 533,73	1 025 435,95
Associações Humanitárias e de Assistência Social	1 145 280,43	697 082,36
Outras Associações e Organizações	301 655,47	108 247,04
Associação de Educação e Cultura	2 056 685,38	1 534 481,30
COVID-19	14 302,96	172 495,14
Famílias	1 176 788,42	1 193 398,73
Subsídios correntes concedidos	59 287,90	1 627 528,08
Associações de Freguesias	0,00	0,00
Freguesias	0,00	0,00
Outros	59 287,90	1 627 528,08
Transferências de capital concedidas	13 908 210,18	8 943 804,02
Freguesias	12 171 794,49	7 955 469,21
Associações e org. desportivas, recreativas e lazer	520 322,96	152 590,21
Associações Humanitárias e de Assistência Social	859 179,34	406 667,10
Associações de Educação e Cultura	11 000,00	20 000,00
Outras Associações e Organizações	331 586,83	394 603,50
Famílias	14 326,56	14 474,00
TOTAL	24 362 854,53	19 472 667,19

23.3 Outras informações relevantes (art. 75 da Lei 73/2013, de 3 de setembro)

Quadro 23.3.1 – Endividamento Consolidado - Financiamentos

Descrição	2023	2022
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo - Superior a 5 anos	32 859,78	175 757,15
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo - Igual ou inferior a 5 anos	2 826 901,44	3 441 193,25
TOTAL	2 859 761,22	3 616 950,40

Quadro 23.3.2 – Endividamento Consolidado Entidades – Financiamentos

Código / Designação das Contas	Município de Barcelos	EMEC, E.M.	Grupo público consolidado
Financiamentos Obtidos	1 765 761,22	1 094 000,00	2 859 761,22
TOTAL	1 765 761,22	1 094 000,00	2 859 761,22

Quadro 23.3.3 – Montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço

Código / Designação das Contas (1)	Dívidas a terceiros a vencer nos próximos 5 anos		
	Município de Barcelos (2)	E MEC, E.M. (3)	TOTAL (4)= (2)+ (3)
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	190 211,96	333 169,33	523 381,29
Fornecedores	3 537 768,88	143 483,30	3 681 252,18
Estado e outros entes públicos	505 033,90	165 417,39	670 451,29
Financiamentos obtidos	1 765 761,22	1 094 000,00	2 859 761,22
Fornecedores de investimentos	1 436 221,48	0,00	1 436 221,48
Outras contas a pagar	24 210 669,52	244 198,62	24 454 868,14
Outros passivos financeiros	1 239 490,69	0,00	1 239 490,69
TOTAL	31 645 666,96	1 980 268,64	34 865 426,29

Quadro 23.3.4 – Informação sobre Saldos e Fluxos financeiros

Tipo de fluxos 1	Município de Barcelos - E MEC, E.M.										
	Saldo inicial 2	Obrigações/pagamentos				Saldo final 6=(2+3)-(4+5)	Direitos/recebimentos				Saldo final 11=(7+8)-(9+10)
		Obrigações constituídas no exercício 3	Anulações no exercício 4	Pagamentos do exercício 5	Saldo inicial 7		Direitos constituídos no exercício 8	Anulações do exercício 9	Recebimentos do exercício 10		
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	1 603 206,49	0,00	1 550 568,02	52 638,47	0,00	1 603 206,49	0,00	1 550 568,02	52 638,47	52 638,47
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	26 070,00	0,00	23 562,00	2 508,00	0,00	26 070,00	0,00	23 562,00	2 508,00	2 508,00
Participações em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	53,04	0,00	79,56	-26,52	0,00	53,04	0,00	79,56	-26,52	-26,52
TOTAL	0,00	1 629 329,53	0,00	1 574 209,58	55 119,95	0,00	1 629 329,53	0,00	1 574 209,58	55 119,95	55 119,95

23.4 Outros

O Fiscal único do Município de Barcelos é a entidade Cruz Amaral e Associados SROC, Lda., sendo os honorários relativos aos anos 2023 o montante de 14.01 mil euros (IVA incluído) anual.

Apesar do definido no SNCAP, a contabilidade de gestão ainda se encontra no processo de adaptação à NCP-27. Contudo, foram apresentadas divulgações que demonstram a aplicação do normativo tanto quanto possível, não influenciando o apuramento dos gastos e rendimentos.

Não existem dívidas ao “Estado e outros entes públicos” em mora.

12 - AGREGAÇÃO DOS DADOS E DE ELIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES INTRA PERÍMETRO

	Entidade	Contas	Débito	Crédito	Fundamentação
Município / EMEC	Município	411113		250 000,00 €	1)
	EMEC	511	250 000,00 €		1)
	Município	419	250 000,00 €		2)
	Município	56		250 000,00 €	2)
	Município	61		23 960,00 €	3)
	Município	62		2 110,00 €	3)
	EMEC	62		53,04 €	3)
	EMEC	711092	23 960,00 €		3)
	EMEC	71	2 110,00 €		3)
	Município	720302	53,04 €		3)
	Município	60236		1 351 325,29 €	3)
	Município	688		199 242,73 €	3)
	EMEC	7511321	1 351 325,29 €		3)
	EMEC	7511321	199 242,73 €		3)
	Município	272299	52 638,47 €		3)
	Município	60236		52 638,47 €	3)
	Município	22	2 508,00 €		5)
	EMEC	21		2 508,00 €	5)
	Município	Pagamentos	1 550 568,02 €		4)
	Município	Pagamentos	23 562,00 €		4)
EMEC	Recebimentos		23 562,00 €	4)	
Município	Recebimentos		79,56 €	4)	
EMEC	Pagamentos	79,56 €		4)	
EMEC	Recebimentos		1 550 568,02 €	4)	

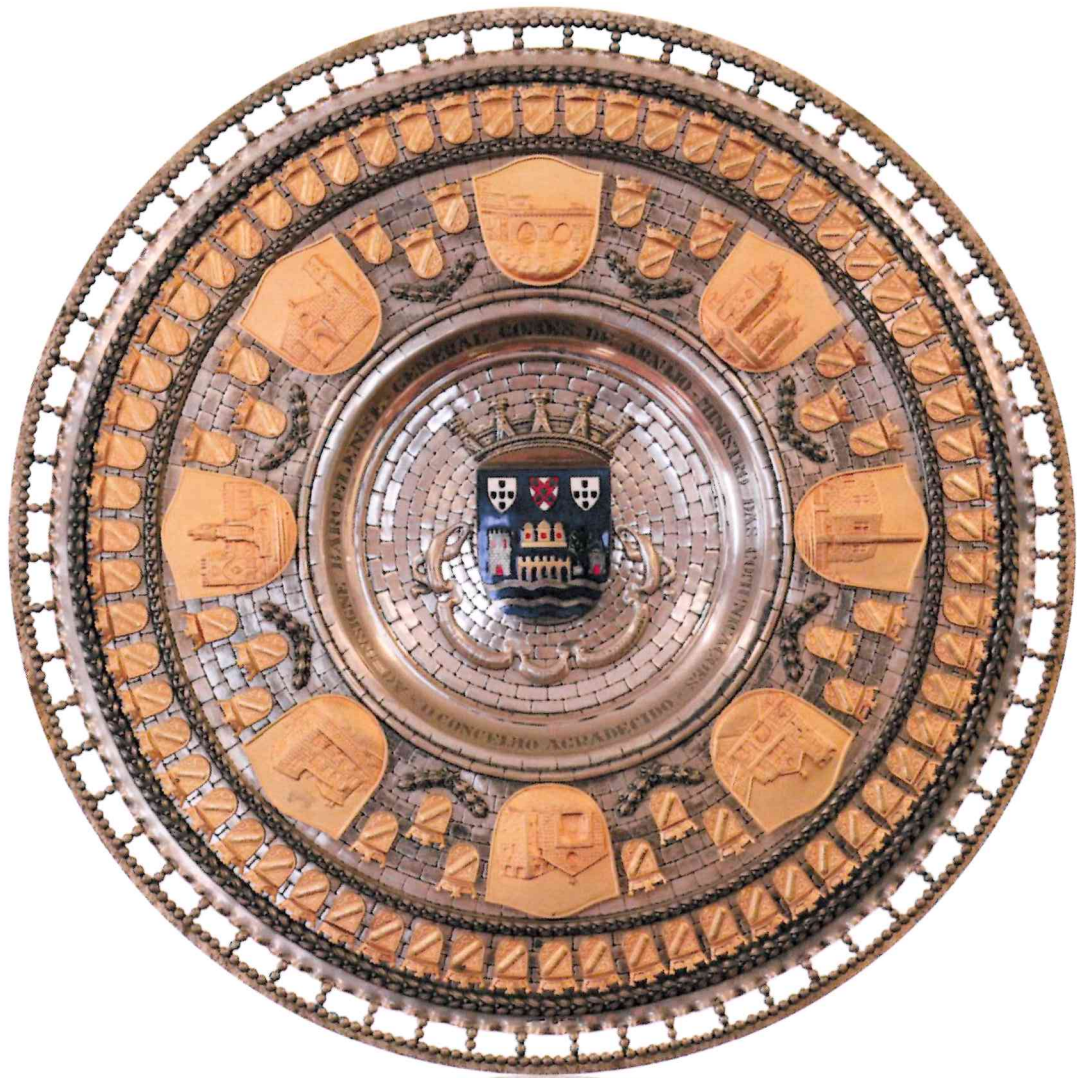
1) Eliminação das participações financeiras.

2) Anulação das provisões para cobertura do capital próprio negativo

3) Eliminação dos custos e proveitos relativos às operações efetuadas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação.

4) Eliminação de recebimentos e pagamentos relativas às transações efetuadas entre entidades que integram o perímetro de consolidação.

5) Eliminação dos saldos entre grupo



Handwritten blue ink notes:
A F. S. S.
A F. S. S.
A F. S. S.
A F. S. S.
A F. S. S.

III

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Handwritten blue ink mark:
9

[Handwritten signature]

13 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rubrica	Recebimentos	31/12/2023	31/12/2022	Rubrica	Pagamentos	31/12/2023	31/12/2022
	Saldo da gerência anterior	36 436	31 757				
		355,60	857,77				
	Operações Orçamentais [1]	34 341	30 292				
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	509,24	082,80				
	Operações de tesouraria [A]	,00	,00				
	Recebimento do saldo devolvido por ter- ceiras entidades	2 094 846,36	1 465 774,97				
		,00	,00				
	Receita cor- rente	82 022	77 051		Despesa cor- rente	70 488	57 700
R1	Receita Fis- cal	355,89	074,73	D1	Despesas com o pessoal	998,92	730,70
R1.1	Impostos diretos	23 199	22 792	D1.1	Remunerações Certas e Permanen- tes	30 612	26 447
R1.2	Impostos indiretos	563,71	213,18	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	824,00	214,68
R2	Contribuições para sistemas de proteção so- cial e subsiste	23 199	22 792	D1.3	Segurança Social	23 208	20 016
R3	Taxas, multas e outras penalidades	563,71	213,18	D2	Aquisição de bens e serviços	962,53	483,30
R4	Rendimentos de propriedade	,00	,00	D3	Juros e outros encargos	986 923,84	892 487,35
R5	Transferências e subsídios correntes	2 213,80	2 948,30	D4	Transferências e subsídios correntes	26 764	19 642
R5.1	Transferências correntes	2 135 522,23	2 195 695,87	D4.1	Transferências correntes	920,49	482,75
R5.1.1	Administrações Públicas	3 118 757,63	2 870 946,96	D4.1.1	Administrações Públicas	650 927,99	99 638,66
R5.1.1.1	Administração Central - Es- tado Português	48 307	45 317	D4.1.1.1	Administração Central - Es- tado Português	11 246	10 339
R5.1.1.2	Administração Central - Ou- tras entidades	233,73	424,67	D4.1.1.2	Segurança Social	935,82	427,57
R5.1.1.3	Segurança Social	48 307	45 317	D4.1.1.3	Administração Regional	10 238	8 916 101,61
R5.1.1.4	Administração Regional	48 307	424,67	D4.1.1.4	Administração Local	485,39	
R5.1.1.5	Administração Local	47 252	44 280	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	4 346 122,65	4 217 994,64
R5.1.2	Exterior - U E	662,17	992,25	D4.1.3	Famílias	,00	,00
R5.1.3	Out- tras	998 820,16	945 261,59	D4.1.4	Outras	,00	,00
R5.2	Subsídios correntes	30 923,40	29 080,52	D4.2	Subsídios correntes	1 008 450,43	1 423 325,96
R6	Venda de bens e serviços	,00	,00	D5	Outras despesas correntes	2 123 390,62	1 171 967,04
R7	Outras receitas correntes	65 213,08	170 159,41	D6	Aquisição de bens de capital	36 268	21 090
R8	Receita de ca- pital	8 957 131,70	6 529 697,27	D7	Transferência e subsídios de capital	696,92	997,54
R9	Venda de bens de investimento	114 321,25	293 445,55	D7.1	Transferências de capital	21 701	11 779
R9.1	Transferências e subsídios de capital	8 842 790,45	6 236 251,72	D7.1.1	Administrações Públicas	067,13	096,86
R9.1.1	Administrações Públicas	8 842 790,45	6 236 251,72	D7.1.1.1	Administração Central - Es- tado Português	13 941	9 216 396,26
R9.1.1.1	Administração Central - Es- tado Português	8 842 790,45	6 236 251,72	D7.1.1.2	Administração Central - Ou- tras entidades	13 941	9 216 396,26
R9.1.1.2	Administração Central - Ou- tras entidades	,00	,00	D7.1.1.3	Segurança Social	12 196	8 150 756,36
R9.1.1.3	Segurança Social	,00	,00	D7.1.1.4	Administração Regional	532,75	
R9.1.1.4	Administração Regional	,00	,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	1 730 414,87	1 051 165,90
R9.1.1.5	Administração Local	,00	,00	D7.1.3	Famílias	14 326,56	14 474,00
R9.1.2	Exterior - U E	,00	,00	D7.1.4	Outras	,00	,00
R9.1.3	Out- tras	,00	,00	D7.2	Subsídios de capital	,00	,00
R9.2	Subsídios de capital	,00	,00	D8	Outras despesas de capital	626 355,61	95 504,42
R10	Outras receitas de capital	20,00	,00			106 757	78 791
R11	Reposições não abatidas aos pagamen- tos	10 503,17	140 480,59			695,84	728,24
	Receita efetiva [2]	90 989	83 721		Despesa efetiva [5]	2 135 796,51	1 070 098,39
		990,76	252,59			1 607,33	3 486,28
R12	Receita não efetiva [3]	1 377 021,02	190 000,48		Despesa não efetiva [6]	2 134 189,18	1 066 612,11
R13	Receita com ativos financeiros	,00	,00			108 893	79 861
	Receita com passivos financeiros	1 377 021,02	190 000,48			492,35	826,63
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	126 708	114 203		Operações de tesouraria [C]	797 813,70	668 449,61
		521,02	335,87			20 374	36 436
	Operações de tesouraria [B]	1 262 635,48	1 297 521,00		Saldo para a gerência seguinte	696,81	355,60
					Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	17 815	34 341
					Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	028,67	509,24
						2 559 668,14	2 094 846,36
					Saldo global [2] - [5]	-15 767	4 929 524,35
						705,08	
					Despesa primária	106 106	78 692
						767,85	089,58
					Saldo corrente	11 533	19 350
						356,97	344,03
					Saldo de capital	-27 311	-14 561
						565,22	300,27
					Saldo primário	-15 116	5 029 163,01
						777,09	
					Receita total [1] + [2] + [3]	126 708	114 203
						521,02	335,87
					Despesa total [5] + [6]	108 893	79 861
						492,35	826,63

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

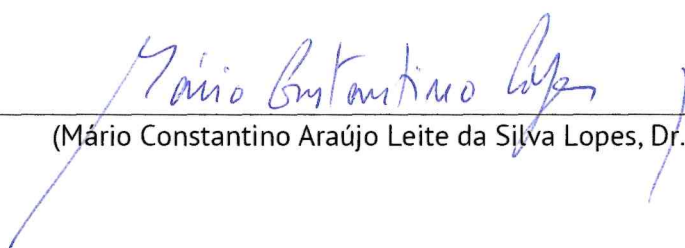
14 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	31-12-2023	31-12-2022	Rubrica	OBRIGAÇÕES	31-12-2023	31-12-2022
	Receita corrente	3 096 068,77	7 799 174,12		Despesa corrente	1 933 864,29	1 423 974,70
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	561 196,94	663 148,31
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	359 524,29	292 977,85
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	11 837,16	10 859,30
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsiste	0,00	0,00	D1.3	Segurança Social	189 835,49	359 311,16
R3	Taxas, multas e outras penalidades	296 604,27	277 010,93	D2	Aquisição de bens e serviços	1 126 399,05	669 449,06
R4	Rendimentos de propriedade	755 312,24	4 992 187,32	D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	D4	Transferências e subsídios correntes	160 030,53	91 319,05
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	D4.1	Transferências correntes	160 030,53	91 319,05
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5.1.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.1.2	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.1.2	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.1.3	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.1.3	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.1.4	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.1.4	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	128 058,36	81 068,71
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	31 972,17	10 250,34
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1 954 140,07	2 462 849,40	D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	90 012,19	67 126,47	D5	Outras despesas correntes	86 237,77	58,28
	Receita de capital	0,00	0,00		Despesa de capital	170 150,79	937 271,77
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	D6	Aquisição de bens de capital	99 926,99	833 983,97
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	D7	Transferência e subsídios de capital	61 823,80	94 887,80
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	D7.1	Transferências de capital	61 823,80	94 887,80
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D7.1.1	Administrações Públicas	26 399,54	51 137,80
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.1.2	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.1.2	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.1.3	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.1.3	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.1.4	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.1.4	Administração Local	26 399,54	51 137,80
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	35 424,26	43 750,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	D8	Outras despesas de capital	8 400,00	8 400,00
	Receita efetiva [2]	3 096 068,77	7 799 174,12		Despesa efetiva [5]	2 104 015,08	2 361 246,47
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Receita Total [4] = [1]+[2]+[3]	3 096 068,77	7 799 174,12		Receita Total [7] = [5]+[6]	2 104 015,08	2 361 246,47

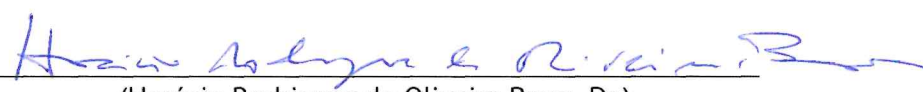
Este documento contém 85 páginas.

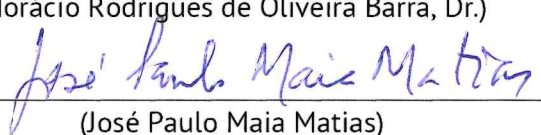
ASSINATURAS

O Presidente da Câmara


(Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Dr.)

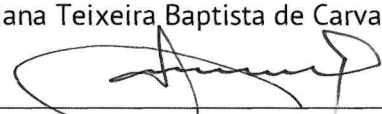
Os Vereadores


(Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Dr.)

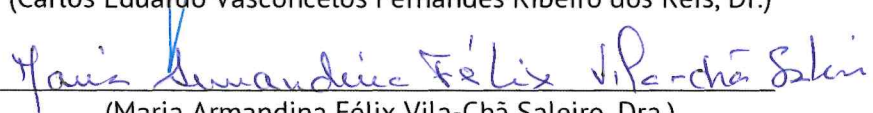

(José Paulo Maia Matias)

(Maria Isabel Neves de Oliveira, Dra.)

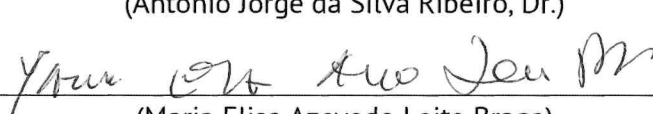

(Mariana Teixeira Baptista de Carvalho, Dra.)

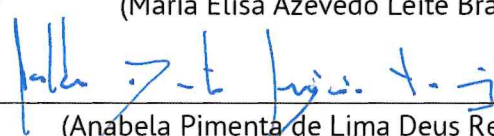

(Alexandre Miguel Gonçalves Maciel, Dr.)

(Carlos Eduardo Vasconcelos Fernandes Ribeiro dos Reis, Dr.)


(Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro, Dra.)

(António Jorge da Silva Ribeiro, Dr.)


(Maria Elisa Azevedo Leite Braga)


(Anabela Pimenta de Lima Deus Real, Dra.)

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
shi.
#:

[Large handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

84

[Handwritten signature]



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas EMPRESA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE BARCELOS, E.M. (EMEC), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 778.883,39 euros e um total de fundos próprios negativo de 1.201.385,25 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 52.638,47 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de EMPRESA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE BARCELOS, E.M. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

O Capital Próprio da entidade atinge a expressão negativa de 1.201.385,25 euros, verificando-se, assim, a perda da totalidade do capital social, o que determina o enquadramento da mesma na situação prevista no art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Este facto é reconhecido pelo Conselho de Administração no respetivo Relatório da Gestão que refere que o futuro da empresa está pendente de resoluções do detentor do capital.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- *preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;*
- *elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;*
- *criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;*
- *adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e*
- *avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.*

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- *identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;*
- *obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;*



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 4.281.854,50 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 4.094.088,02 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte:

Não existe consistência na informação apresentada entre demonstração de desempenho orçamental e o Relatório de gestão quanto à receita própria. Na Demonstração de desempenho Orçamental são apresentados valores negativos na receita quando esta é considerada por fontes de financiamento.

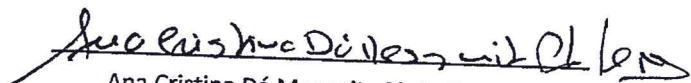


Ana Cristina Pinto Ferreira
Revisor Oficial de Contas

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (e/ou possíveis efeitos) da(s) matéria(s) referida na secção "Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares - Sobre as demonstrações orçamentais", o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 15 de abril de 2024



Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira
ROC nº 1.254
CMVM n.º 20160865